

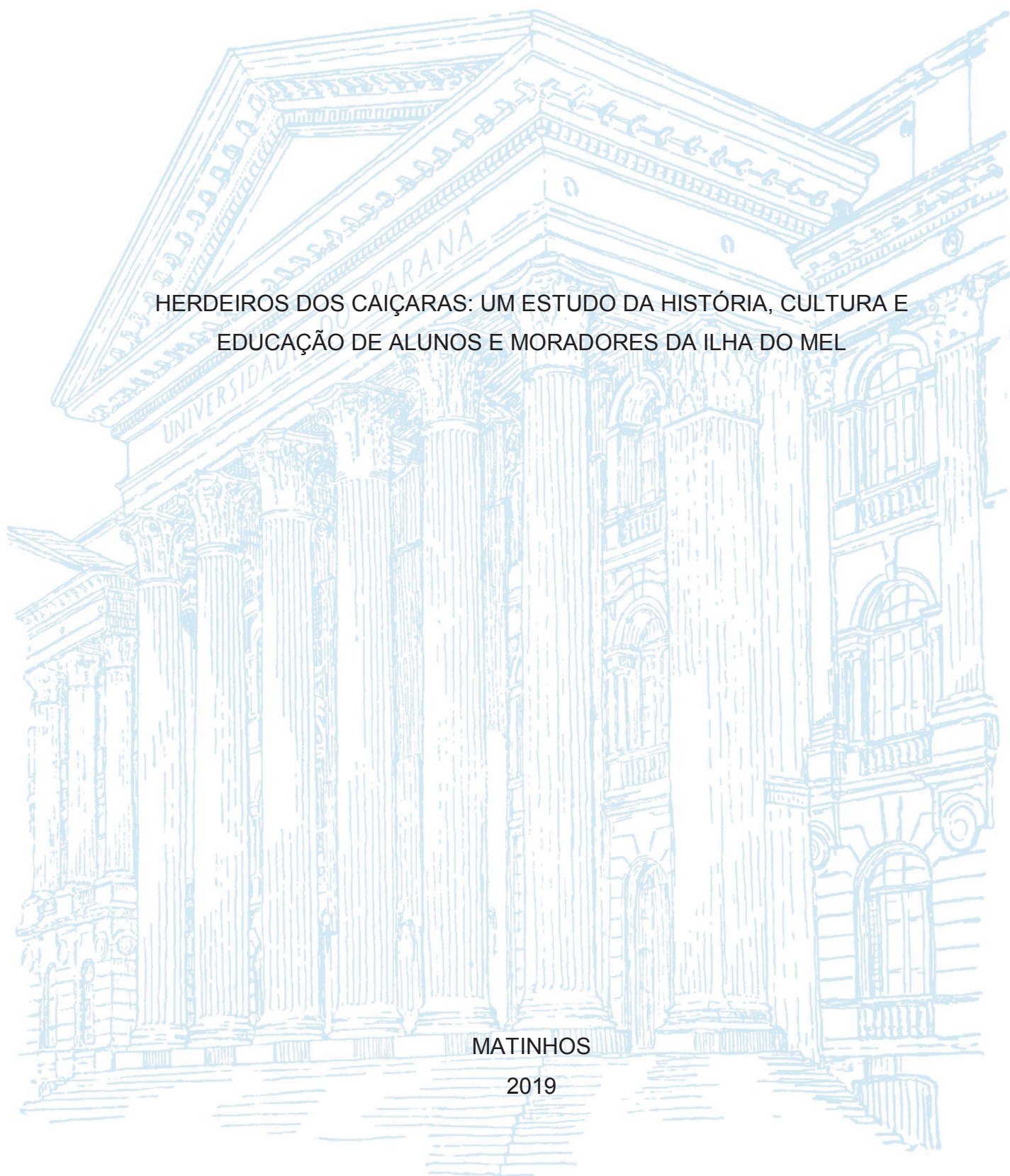
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE LIEGEL DIAS

HERDEIROS DOS CAIÇARAS: UM ESTUDO DA HISTÓRIA, CULTURA E
EDUCAÇÃO DE ALUNOS E MORADORES DA ILHA DO MEL

MATINHOS

2019



CAROLINE LIEGEL DIAS

HERDEIROS DOS CAIÇARAS: UM ESTUDO DA HISTÓRIA, CULTURA E
EDUCAÇÃO DE ALUNOS E MORADORES DA ILHA DO MEL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ensino para ciências ambientais, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências Ambientais.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Lourival de Moraes Fidelis

MATINHOS

2019

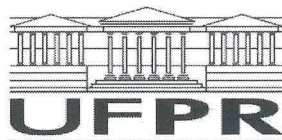
Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

D541p Dias, Caroline Liegel
 Herdeiros dos caiçaras: um estudo da história, cultura e educação de
 alunos e moradores da Ilha do mel / Caroline Liegel Dias ; orientador Lourival
 de Moraes Fidelis. – 2019.
 72 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2019.

 1. Caiçaras (Ilha do mel). 2. Ilha do mel (educação). 3. Ilha do mel (história). 4.
 Ilha do mel (cultura). I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede
 Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 918.162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS
CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAROLINE LIEGEL DIAS** intitulada: **Herdeiros dos caiçaras: Um estudo da história, cultura e educação de alunos e moradores da Ilha do Mel**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 10 de Maio de 2019.


LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


DANIELLE MARAFON

Avaliador Externo (UNESPAR)


EDUARDO HARDER

Avaliador Interno (UFPR)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que acreditam em sonhos, e em especial meus alunos que assim o fazem.

AGRADECIMENTOS

Pensar em escrever numa dissertação os agradecimentos, é agradecer a todos que acreditaram que um dia teria a possibilidade de concluir isso, dessa forma agradeço de todo o coração a minha mãe *in memorian*, a melhor de todas, que viveu em função dos filhos acreditando e ajudando-os a seguir seus sonhos, mesmos os mais loucos e inalcançáveis, ao meu irmão pelo espírito paterno e cuidador que sempre esteve presente como pai e melhor amigo, a minha avó que mesmo um pouco perdida com tudo, nunca se perdeu em nos amar e dedicar seus cuidados de avó a seus três netos, a minha irmã mais velha que sempre me ensina que um sorriso é mais valioso que mil palavras já ditas em momentos de emoção.

No caminho de chegar até aqui, agradeço aos meus alunos do oitavo ano do Colégio Lucy Requião de Melo e Silva, que sempre demonstraram apreço a minha entrada no programa de Pós Graduação, aos meus colegas e professores que nesse processo de expansão de conhecimento em uma pós graduação, possibilitaram o conhecimento variado em questões ambientais, geográficas, biológicas e o mais importante me ajudaram a ser uma humana melhor, que em tempos como os que vivemos hoje é tão essencial. Agradeço em especial as minhas colegas Érica, Naila e Aretusa que sempre quando descrente de conseguir concluir essa dissertação, se mostraram amigas e me ajudaram a acreditar que eu era capaz.

Destinei esse parágrafo para agradecer ao meu orientador Lourival de Moraes Fidelis, por toda a paciência e carinho demonstrado no decorrer dessa dissertação, obrigada por não desistir de mim, mesmo quando eu mesma estava desistindo. Agradeço também a banca de qualificação, que hoje é a banca da defesa por todas as orientações e apontamentos bem claros que me auxiliaram a concluir essa dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nacional (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Concluo agradecendo aqueles a quem agradeço todas as noites antes de dormir por tudo, as conquistas, as derrotas, a vida e hoje pela realização desse sonho, Poder Superior obrigado por me conceder esse momento.

"Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário."

Paulo Freire

RESUMO

Nosso trabalho dissertativo tem como objetivo estudar a formação da identidade coletiva do caiçara, e as relações socioambientais dos moradores da Ilha do Mel. O autorreconhecimento, em determinada população tradicional, como a caiçara tem como base a identidade que se constrói e o resultado do contato com a sociedade urbana-industrial que os envolve. Pode se dizer que a Ilha do Mel, por conta da sua proximidade com o continente, bem como um turismo anual, sofreu a perda desse autorreconhecimento? Nossa pesquisa busca responder essa questão, além de discutir através do produto da dissertação elementos para se trabalhar em sala de aula a questão da cultura local, a fim de contribuir para uma educação emancipatória, e para o desenvolvimento da criticidade e subjetividade nos estudantes.

Palavras-chave: Ilha do Mel. Nova Brasília. Autorreconhecimento. Caiçara. Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

Our dissertation aims to study the formation of the collective identity of the caiçara, and the socioenvironmental relations of the residents of Ilha do Mel. The self-recognition, in a certain traditional population, is based on the identity that is constructed and the result of the contact with the urban-industrial society that surrounds them. Can be said that Ilha do Mel, due to its proximity to the mainland, as well as annual tourism, has suffered the loss of this self-recognition? Our research seeks to answer this question, besides discussing through the product of the dissertation elements to work in the classroom the issue of local culture, in order to contribute to an emancipatory education, and to the development of criticality and subjectivity in students.

Keywords: Ilha do Mel. Nova Brasilia. Self-recognition. Caiçara. Traditional Communities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 OBJETIVOS.....	20
1.1.1 Objetivo geral	20
1.1.2 Objetivos específicos	21
1.2 METODOLOGIA	21
2. REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1 HISTÓRIA DA ILHA DO MEL	27
2.2 O CAIÇARA: EXPLICANDO O SUJEITO	32
2.4 COMUNIDADES TRADICIONAIS	39
3- ANÁLISES E RESULTADOS	43
3.1 Os anos 80 e o turismo “ecológico” na Ilha do Mel.	43
3.2 Anos 90 e o impacto do Plano de Manejo	47
3.4 CULTURA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES AMBIENTAIS: RESULTADOS DA PESQUISA	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO NA ILHA DO MEL	72

1 INTRODUÇÃO

Iniciar um texto independente de qual for, nos remete a Edgar Allan Poe e sua obra: *Poesia da Composição*, em que, resumidamente, ele narra como produziu o poema *O corvo*, usando de exemplo para explicar sobre como deveria ser a composição de um texto. Ainda que estejamos produzindo uma dissertação, não se evita o pensamento de que o texto deve prender seu leitor nas primeiras linhas, dessa forma nos atentamos sobre como iniciar essa introdução de forma que o leitor ficasse curioso o suficiente para terminar de ler as informações que para nós são importantes sobre a Ilha do Mel.

Pensar na Ilha do Mel, um dos pontos turísticos mais famosos do Paraná e do Brasil, é pensar no turismo, mas excedente ao turismo e as suas belezas naturais, nossa pesquisa pensou em qual história existe por trás desse ponto turístico e quem produz essa história?

Para responder essa pergunta iniciamos a pesquisa sobre quem seria o morador da Ilha do Mel, e mesmo conhecendo eles por nativos, como comunidade tradicional, qual seria a classificação que mais inclinaria aos até então nativos. E foi em um dia comum de pesquisa, que uma moradora se autotranscreveu como caiçara, imediatamente procuramos sobre as características encontrando em Sampaio (1958) como os moradores da região litorânea do norte do litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, mas isso estava só começando nós já tínhamos a base para a pesquisa que hoje apresentamos nesta introdução.

O que queremos alcançar em nossa pesquisa é apresentar o caiçara de Nova Brasília na Ilha do Mel, sua história e suas transformações através do tempo, pesquisando as formas e os porquês que levam as comunidades caiçaras atuais estarem transformando suas culturas. Mudanças são próprias das sociedades humanas e novas gerações tendem a trazer uma nova dimensão à cultura já existente, no nosso trabalho visamos apresentar e discutir essa mudança, pensando no viés cultural e histórico da ilha e do nativo. Os caiçaras que residem na Ilha do

Mel, tem as características e descrições apontas por Diegues (2004), para este autor caiçara é:

Termo originário do tupi-guarani, proveniente da junção de duas palavras- caá, mato e içara, armadilha, que indicava todo um sistema de proteção e sobrevivência (...). No dicionário Aurélio, o termo caiçara é usado também para indicar os moradores do litoral de Cananéia (SP). (DIEGUES. 2004 p. 22)

A importância desta população tradicional, e que é descrita por Diegues, assim como todo grupo social, é a sua continua transformação, preservando características que os definem enquanto caiçaras e que os ligam às suas origens culturais, mas que também se adaptam às mudanças dos novos tempos e com isso sua identidade cultural e étnica vem se moldando e adaptando as novas culturas modernas, sejam locais ou globais. Estas mudanças transformam o que se concebe como “caiçara tradicional” o que faz ressignificar o passado desta coletividade.

Sabemos que a sociedade está em constante mudança, neste sentido, procuramos apresentar essas mudanças ocorridas nos moradores da comunidade de Brasília relatadas a partir dos próprios sujeitos da história, os próprios caiçaras.

Milton Santos (2004) explica que o território é o chão de uma sociedade, e com isso ele reage às diversas formas de vida social e a relação entre homens e natureza “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” (SANTOS, 2004, p.47).

A partir do conceito de território de Milton Santos partimos para a análise de diferentes formas de vida social dos caiçaras da Ilha do Mel, na comunidade de Brasília. Este trabalho foi um processo delicado e instigante, desde a ideia inicial até o resultado final, cada livro lido, cada entrevista realizada foi de extrema importância e significância para a obtenção das informações.

Inúmeras pesquisas têm como *objeto* de análise a ilha, não a toma como território, nós tomamos como base os *sujeitos* da Ilha, como *sujeitos da pesquisa* e não como *objetos* São poucas as pesquisas que se voltaram para os seus

moradores, os caiçaras, como sujeitos de pesquisa e relatores da sua própria história. Nossa pesquisa busca apresentar a história do morador, analisando-o como sujeito principal não só na História da Ilha do Mel, mas também na interação com o meio ambiente.

A Baía de Paranaguá possui onze ilhas, cada ilha possui suas singularidades, tais particularidades fazem com que a cultura de cada lugar seja mutável, pois a cultura está inserida na sociedade, e dessa forma está sempre mudando. Antes das aulas dos módulos que trabalhamos no mestrado, pudemos constatar que a Ilha do Mel sobrevivia em sua maior parte do ano do turismo, achávamos comum o turismo ser a economia principal de uma Ilha, percebemos que esta não é a realidade de todas as ilhas do litoral paranaense há bem mais que só o turismo na Ilha do Mel e visitando outras ilhas observamos que cada ilha tem uma economia diferenciada e algumas não tem o turismo como principal fonte de renda.

Nosso olhar sobre o morador tende a *caminhar* e discutir sobre quem é o caiçara, visando a sua identidade coletiva, analisando sua expressão de pertencimento, reprodução e socialização, já que o mesmo vivendo em comunidade tende a organizar a vida compartilhando significados e atividades num espaço determinado.

A cultura tradicional para Ortiz (2003) faz se menção a cultura popular, na idéia de recuperar a tradição, tratando o tradicional como patrimônio popular que deve ser conservado, porém em nossa pesquisa exploraremos a visão de Ferreira Gullar (2004) que desvincula a idéia de conservação e aponta para a de transformação.

A cultura caiçara tem sido foco de muitos pesquisadores atualmente, isso é um aspecto positivo para esse grupo, pois gera o reconhecimento deles no cenário nacional. A seguir apresentaremos alguns trabalhos e pesquisas realizados anteriormente que se debruçaram sobre a Ilha do Mel, e mesmo que estes trabalhos não tivessem em seu horizonte os moradores como sujeitos de pesquisa, estes apresentam dados econômicos, sociais e ambientais importantes para que possamos discutir o nosso trabalho de dissertação.

Na dissertação do antropólogo Fernando Schena (2006), sua pesquisa versou acerca das mudanças e permanências sociais, culturais e ambientais

desencadeadas na Ilha do Mel, na comunidade de Encantadas, este autor traz um arcabouço de teóricos que estudam a cultura caiçara dentro da antropologia.

Harder (2014), em sua tese de doutorado, apresentou estudos sobre as configurações dos bens e direitos culturais a partir do campo jurídico, fez uso de um campo teórico e metodológico de áreas do conhecimento como: a antropologia, a história e a política. Desta forma, Harder (2014) construiu uma análise a partir do estudo de caso da coletividade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, localizada no complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá.

Nascimento (2015) discute o valor da reciprocidade na pesca coletiva da tainha, na Ilha do Mel, identificando e qualificando as relações socioeconômicas de dois grupos de pescadores locais, analisando suas implicações para um desenvolvimento local/territorial mais sustentável.

Ezequiel Moura realizou em 2016 uma dissertação intitulada *A corozinha da Ilha do Mel: Territorialidade de uma comunidade tradicional e pescadores (as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá*, em que discutiu a relação comunidade tradicional e território, apresentando a forma que os pescadores manejam os recursos naturais e a importância da prática da pesca artesanal na territorialidade da comunidade.

Vanessa Andreolli (2016), conseguiu em seu trabalho, apontar como acontece a educação ambiental na Ilha do Mel, ou seja, como os docentes acrescentam em suas aulas a educação ambiental e como isso contribui para o desenvolvimento local, tanto na comunidade de Brasília, quanto na comunidade de Encantadas.

Nossa pesquisa está organizada com vistas a dar condições de se compreender, através do traçado que fizemos objetivando responder à pergunta chave do nosso estudo.

Iniciamos o primeiro capítulo apresentando os antecedentes históricos da comunidade de Brasília na Ilha do Mel, principiando com a história dos primeiros habitantes, e explanando dados da geografia local e formação atual desde a década de 1980 até os dias atuais. Utilizamos dados encontrados em pesquisas, bem como da história contada pelos moradores nativos da Ilha do Mel, que vivenciaram e construíram a história. Apresentamos a história em blocos de dez anos, apontando

as mudanças significativas no modo de vida do morador e como essas mudanças influenciaram no comportamento, cultura, educação e relações ambientais, ou seja, na forma de ver/viver a/na Ilha do Mel.

Na segunda parte apresentaremos o caiçara de Brasília, unindo a base conceitual já discutida pelos autores, e que apreendemos durante as entrevistas, tendo como principal ator o morador de Brasília, nossa intenção com isto, é promover o diálogo entre os sujeitos caiçaras e os autores que os descrevem em seus trabalhos. Nesse capítulo discutiremos como se apresenta a cultura caiçara e como ela se apresenta na comunidade de Brasília, fazendo comparativos com estudos já elaborados e apresentando novos costumes.

Na terceira parte apresentaremos o contexto social de Brasília, que é o objetivo da nossa pesquisa, o caiçara, enquanto comunidade, a sua história de luta por reconhecimento, bem como, o que a caracteriza como comunidade tradicional.

No quarto capítulo iniciamos a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, que compreenderá os fatores que levaram as mudanças na percepção de ser e pertencer caiçara na comunidade de Brasília na Ilha do Mel apresentaremos o estudo dos questionários respondendo o que fora projetado nos objetivos e na problemática.

O produto da pesquisa é comentado na última parte, onde introduzimos a escola local onde o produto será aplicado, e como deverá ser desenvolvido. Neste capítulo também apresentaremos uma reflexão acerca do desenvolvimento do produto até o momento atual.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar os fatores e as mudanças na percepção de ser e pertencer-se caiçara na comunidade Nova Brasília na Ilha do Mel, sua cultura e sua história, analisando a importância dos caiçaras no manejo e na conservação do meio ambiente daquela comunidade.

1.1.2 Objetivos específicos

- Explorar e apontar a temporalidade dos costumes caiçaras dentro da comunidade.
- Reconhecer a ligação do caiçara com o meio ambiente, e como isso auxilia o manejo do local.
- Analisar se o caiçara local, através de sua subjetividade, se reconhece como caiçara.

1.2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizaremos como método os aportes epistêmicos que nos oferece a Metodologia Qualitativa e suas ferramentas. Segundo Minayo (2002) as fases da construção de uma pesquisa investigatória, cuja a qual faz parte a nossa pesquisa, está delineada a partir da:

- a) Escolha do tópico da investigação
- b) A delimitação do problema
- c) A definição do objeto e dos objetivos
- d) A construção do marco teórico conceitual
- e) A escolha de instrumentos de coleta de dados
- f) A exploração do campo. (MINAYO, 2002, 32).

Seguindo o que nos apresenta Minayo (2002), remetemos a nossa pesquisa a esse delineamento, dessa forma organizamos nossa pesquisa:

a) Escolha do tópico

A escolha do tópico de investigação iniciou ainda nas aulas do modulo de Gestão Ambiental do curso de mestrado. Lecionar na Ilha do Mel, apresentou-nos um mundo novo a ser explorado, moradora da capital e depois da Região litorânea sem muita cultura tradicional, me encontrar com aquela comunidade pequena e cheias de

tradições me despertou para aprender, conhecer e a pesquisa foi um caminho natural, e sendo assim, desde 2015 iniciei a pesquisa ainda que sem expectativas de um trabalho, ou artigo, por pura vontade de conhecer aquele lugar, suas culturas, tradições, história, tudo aquilo me encantava.

Tempos depois ao pensar em um Projeto de Pesquisa para o Programa de Mestrado em Educação da UFPR, debrucei-me sobre a questão que me motivava, a Ilha do Mel, mas foi durante a apresentação de ideia inicial de projeto no módulo de Gestão Ambiental que iniciei a materialização da ideia em projeto de pesquisa após a pesquisa e as motivações iniciais abracei a Cultura Caiçara na Ilha do Mel como objetivo de pesquisa, e meu orientador me auxiliou a precisar mais e delimitar a pesquisa.

b) Delimitação do problema

Pensando no tópico cultura caiçara, nossa problemática inicial foi à busca por quem é o caiçara da comunidade de Brasília, buscando responder a essa pergunta, recorreremos a pesquisar história dos moradores antigos e dos atuais e traçamos uma linha do tempo do caiçara de quarenta anos até os dias atuais, vinculando essa pesquisa a questão ambiental, averiguamos sobre como dão as relações entre os sujeito caiçaras com os recursos ambientais e a preservação ambiental da Unidade de Conservação, sabendo que é uma comunidade tradicional voltada ao turismo, mas com muitas limitações impostas pelo representante governamental Instituto Ambiental do Paraná - (IAP)

c) A definição do objeto e dos objetivos

O nosso objetivo de pesquisa já estava bem sedimentado em torno dos sujeitos de pesquisa que definimos como prioritários, seriam os moradores da Ilha do Mel, com a problemática bem delineada, esquadrimos os objetivos que não só respondessem as perguntas criadas, mas que nos orientasse a pesquisa para um viés histórico, sociológico e ambiental, dessa forma, traçamos como objetivo principal da nossa pesquisa tal qual já descrevemos.

d) A construção do marco teórico conceitual

O marco teórico conceitual foi elaborado e construído para que pudéssemos responder aos objetivos, com vistas a, gerar um diálogo reflexivo entre a teoria e os sujeitos de pesquisa e estabelecer com estes sujeitos, os caiçaras um diálogo de saberes.

Trazemos para este diálogo com os caiçaras da comunidade de Brasília, autores como: Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Carlos Diegues além de autores que pensaram e estudaram a Ilha do Mel e a sua realidade, tais como: Harder, Fuzzeti, Schena, Moura, entre outros.

e) A escolha de instrumentos de coleta de dados

Como nosso objetivo era trazer a história, através da identidade do morador, encontrar o instrumento certo para coletar essas informações foi essencial. Pensamos inicialmente no método história oral, porém, devido ao tempo, optamos por uma análise social e captação de dados através da adoção de questionários semiestruturados como ferramenta metodológica da Metodologia com perguntas abertas e fechadas.

Com a adoção deste método abranger a uma análise da história do morador e da Ilha, sua sensação de pertencimento e identidade e sua relação com o ambiente. Sendo assim, nós orientamos nosso instrumento metodológico com vistas a levantar os dados de nossa pesquisa junto e com os sujeitos de pesquisa.

f) A exploração do campo.

O estudo de campo foi construído em “contato” direto com a história das pessoas, os relatos e a riqueza de saberes e de vida destas pessoas nos trouxeram vários elementos que muito enriqueceram esta dissertação.

Para Minayo (1992 apud 2002) “concebe-se campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço”, nós delineamos o espaço para a comunidade de Brasília na Ilha do Mel. Esta comunidade se divide em pequenos povoados, neste sentido optamos por selecionar moradores de quatro povoados diferentes: Farol, Praia Grande, Nova Brasília e Fortaleza, deixamos apenas os

moradores da Ponta Oeste, por uma opção de pesquisa devido a fatores relativos ao tempo para alcançarmos esta comunidade com a pesquisa.

Ainda como sustenta Minayo (2002 p: 24) entendemos que o campo transforma-se em “um palco de manifestações em que interações entre pesquisador e grupos estudados, geram conhecimentos novos” e, dessa forma, selecionamos dez moradores de faixas etárias diferenciadas para podermos realizar o levantamento dos dados que discutiremos em nossa pesquisa. A seleção do número dos sujeitos de pesquisa seguiu uma predefinição feita por nós como sendo um número razoável. Não tem parâmetros estatísticos fechados. Neste sentido foram selecionados dois moradores do Farol com idades diferentes, ambos da mesma família, mãe e filha (68-28), quatro moradores da Praia Grande, seguindo o mesmo critério de idades, dois moradores da parte de Nova Brasília e dois moradores de Fortaleza, são estes os respondentes do questionário que elaboramos para esta pesquisa.

Os entrevistados foram tratados na pesquisa pelas iniciais de seus respectivos nomes, eles possuem diversos níveis de escolaridade, como nosso trabalho se volta a contar as histórias dos moradores, não selecionamos os entrevistados pela escolaridade e sim pela possível contribuição a pesquisa.

1.3.1- Caminhos Metodológicos

Nossa metodologia não compõe apenas a fase exploratória como apontamos acima, nesse segmento apresentaremos os principais elementos da metodologia empregada por nós em nossa pesquisa, buscamos através do diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais radicados na cultura caiçara dos moradores da Ilha do Mel.

Escolhemos como campo de pesquisa a pesquisa social construir uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, partindo da realidade presente no campo em diálogo constante entre a realidade da Ilha do Mel, os caiçaras e que já fora refletido pelos autores que a estudaram.

Nosso método buscou responder conceitos essenciais para compreensão da pesquisa social, que fosse possível fazer, assim, uma interpretação da realidade dos sujeitos de pesquisa deste trabalho.

A entrevista utilizando como ferramenta o questionário semiestruturado foi à técnica escolhida para obtermos, a partir da voz dos moradores, relatos sobre a sua história, pois ela é capaz de nos fornecer os dados com a profundidade que delimitamos.

Nossas entrevistas foram todas realizadas de forma individual, mesmo quando realizadas por pessoas da mesma família, utilizando uma relação fixa de perguntas, possibilitando assim, o tratamento quantitativo dos dados que estamos levantando junto aos sujeitos de pesquisa.

Criou-se um roteiro que permitiu a aplicação dos questionários semiestruturados, focado nas perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (Manzini 1990/1991, p. 154). Esse modelo de roteiro permite que as informações venham de forma livre e não padronizadas.

Após a obtenção das entrevistas, definimos as técnicas para tabularmos os dados coletados através dos questionários semiestruturados, ou seja, estudar as entrevistas cautelosamente e compreender os problemas a serem investigados. No nosso caso, procuramos estabelecer os fatores de mudança que geraram a modificação da cultura caiçara nos moradores da Ilha. Levantamos três fatores principais de estudos, todos relacionados com as sanções impostas pelo estado e o aumento de fluxo de turistas, relacionando estes as possíveis mudanças observadas nos caiçaras, que são os sujeitos de pesquisa desta pesquisa, mudanças essas sejam: ambientais culturais e sociais.

Nossa metodologia lançou mão ainda de pesquisa para revisão bibliográfica e de documentos históricos que relatassem a história da Ilha do Mel da comunidade de Brasília.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, optamos por identificar os sujeitos de pesquisa por letras maiúsculas, suas falas foram reproduzidas tal qual a captamos no momento das entrevistas. Apresentaremos estas falas no decorrer do texto a partir da sessão em que apresentamos a história das últimas quatro décadas da Ilha colocando estes sujeitos como problematizadores desta história.

1.3.2- Fatores

A relação ser humano e meio ambiente é uma condição atávica da humanidade sabe-se que são dos recursos naturais renováveis ou não renováveis que se garante a nossa sobrevivência da humanidade no decorrer da história, porém a evolução da tecnologia foi nos afastando cada vez mais dessa dependência, por mais que ela ainda permaneça forte.

Quando falamos em comunidades caiçaras, e em populações tradicionais caiçaras falamos em um grupo que tem uma determinada consciência ambiental, ligada aos limites da sua realidade que é a litorânea esta população tradicional são sabedores que são dos recursos naturais que advém sua subsistência:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Art. 3º)

Essa consciência é percebida entres os caiçaras da Ilha do Mel, porém o turismo desenfreado como fonte de renda, faz com que os moradores venham relativizando seus saberes e consciência caiçara para adaptar-se às exigências dos turistas.

A “ingenuidade” do caiçara dos anos oitenta deu origem a um caiçara que compreende que são os recursos naturais que trazem os turistas e que é preciso protegê-los, mas ao mesmo tempo eles desconhecem formas de preservação, e cada vez mais os jovens rompem as ligações com a natureza, perdendo os saberes tradicionais.

Rogério Haesbaert (1991) apresenta a fragmentação da sociedade como produto da globalização, o que ele chama de oligopólio central capitalista, em detrimento a grupos religiosos, ou no nosso caso, na visão cultural ambiental do caiçara.

Costa, Alonso e Tomioka (1999) em um estudo sobre a identidade socioambiental do Acre explicam sobre a identidade socioambientalista ser

constituída pelos aspectos sociais (comunidades extrativistas que viviam nas florestas) sendo ligadas automaticamente a questão do preservacionismo. Partindo dessa interpretação, se fosse possível manter as mesmas condições dos povos das florestas para as condições dos caiçaras na Ilha do Mel, podemos dizer que os sujeitos de uma determinada situação socioambiental a ter seu meio mudado podem modificar a relação ambiental que estes tem com o seu meio e assim gerar uma perda da identidade cultural e ambiental.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRIA DA ILHA DO MEL

Apresentaremos neste capítulo um breve relato histórico da vila de Brasília desde seus primeiros relatos históricos e concluiremos mostrando suas mudanças de forma mais minuciosa em blocos de 10 anos, de 1980 até 2018, devido o caráter de nossa pesquisa.

Abrangeremos ainda os dados encontrados em documentos que relatem a história sobre a região que nos debruçamos nossos estudos. Harder (2014) faz menção a um importante documento oficial, a Matrícula n. 26.978 do Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Paranaguá, de 24 de fevereiro de 1983, citado de “certidão de nascimento” da Ilha do Mel, como propriedade da União Federal.

Quando mencionamos informalmente esse documento para os entrevistados, eles pouco sabiam da existência dele, dos dez entrevistados, a resposta foi quase unânime, eles sabiam que a Ilha havia mudado de “dono” e que ela já tinha feito parte de outro “dono”, antes de virar comarca de Paranaguá, porém quem eram esses donos?

Harder (2014) em sua pesquisa apresenta uma crítica sobre a situação deste documento, o autor faz um detalhado estudo-do documento, bem como, do contexto histórico da criação do mesmo:

Foi instituído em 1981 o Plano de Uso da Ilha do Mel com o objetivo de **preservar o meio ambiente e os bens culturais** definindo a ocupação do seu solo e **promover a melhoria da qualidade de vida** dos ilhéus. (HARDER, 2014) [*grifo nossos*].

A partir do documento, nos leva a crer que o Estado tinha intenção de proteger a Ilha do Mel, Harder (2014) apresenta que o real objetivo do Estado:

A encomenda de um "Plano Diretor" já em **1972** pela **Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR)** significava, portanto, que havia projetos para o futuro da Ilha do Mel sendo elaborados. [...]Os "Planos Diretores", também denominados de "planos de aproveitamento turístico" previam, em linhas gerais, uma viabilização empresarial das propostas planejadas (Jaime Lerner). Propunham uma **radical alteração no modo de vida local**, com a construção, por exemplo, de um sistema viário composto por "uma via principal no sentido norte-sul e vias internas às zonas residenciais", com previsão de construção de edifícios na orla (Müller Procopiak Arquitetos), ou ainda um zoneamento habitacional com base em 3 classes sociais, no qual os moradores locais seriam alocados em uma zona residencial de classe "c" (Rubens Meister). Previam um acesso marítimo e também aéreo, além da criação de parques com "exibições aquáticas", da "vida primitiva dos nativos", "lojas típicas e restaurantes" e comercialização de *souvenirs* culturais (Rubens Meister). (HARDER, 2014, 25).

Como podemos ver no excerto da tese de Harder (2014) o Estado já tinha planejado o futuro da Ilha do Mel, antes mesmo de se tornar o "proprietário" daquela terra, a data deste documento é de 1980.

A Ilha do Mel segundo Figueiredo (1954), sempre foi alvo de visitação turística. O nome que já instigava a ideia paradisíaca e romântica do local foi dado segundo moradores pelos portugueses que ao frequentar a ilha se encontraram com águas da cor de favos de mel, devido o contato da água doce com a água do mar, porém as especulações sobre o porquê do nome são diversas, mas é importante pensarmos na história do nome, pois a Ilha do Mel possui demasiados anos de história ainda não explorado.

Ainda abrangendo a pesquisa de Figueiredo (1954), um dos primeiros trabalhos que narram a história da Ilha do Mel, aponta que a mesma era visitada não só por naus portuguesas, mas também por embarcações castelhanas e francesas que buscavam se refrescar no caminho para as Índias.

Essa informação é interessante para pensarmos que desde antes da colonização portuguesa no Brasil, a Ilha do Mel até então habitada apenas por índios Carijós, já era alvo de turismo. A terminação carijós justifica-se segundo

Figueiredo (1954) a partir da documentação que narra a visitação de Jerônimo Leitão para rechaçar na capitania de S. Vicente os temíveis Carijós.

A cidade de Paranaguá é uma das mais antigas cidades do Brasil. Dentro dela está localizada a baía de Paranaguá, com um perímetro de 180km, dentro do Complexo Lagunar Cananéia, Iguapê e Paranaguá. Na entrada da baía de Paranaguá, no litoral do Estado do Paraná, entre a Ilha das Peças e o continente encontra-se a Ilha do Mel. A Ilha do Mel tem o formato de um grande oito mal traçado, que se alarga para o Norte, e se estreita para o Sul, quase separadas por um istmo, que nos tempos da pesquisa de Figueiredo (1954) media 53 metros de premeiar a premeiar.

Abaixo segue a imagem da localização geográfica da Ilha do Mel na Baía de Paranaguá, em destaque com o ponto vermelho, encontramos o trapiche da comunidade de Brasília, comunidade proposta nesta pesquisa.

FIGURA 1 – Mapa da localização geográfica da Ilha do Mel



FONTE: Google Maps, adaptada pelos autores- 2019.

Na baía de Paranaguá estão localizadas onze ilhas, que tem como subsistência, na sua maioria, a pesca e o turismo. Localizado na entrada da Baía de Paranaguá, está o Parque Estadual da Ilha do Mel, separada do continente por 2.800 metros. Após a criação do Plano de Uso fez-se necessário uma área de proteção de feições singulares, que totaliza aproximadamente 2.240 hectares, cerca de 12% da ilha, na intenção de protege-la do turismo desenfreado e da especulação imobiliária.

Seu ecossistema é composto por ambientes naturais de praia, costões rochosos, áreas de influência marinha, de importantes remanescentes da Floresta Ombrófila Densa Submontana e de Terras Baixas associadas à Floresta de Restinga, dos sítios arqueológicos e a rica fauna, proporcionando a proteção integral da diversidade biológica. (Tecnologia da informação e comunicação do Paraná: CELEPAR, 2011).

Com o surgimento do Turismo Ecológico, em meados de 1980 a Ilha do Mel torna-se alvo da intensificação de turistas, são jovens atrás de isolamento da cidade para o surf, tornando a Vila do Farol (Pico do surf) o novo ponto central e como consequência direta, ou não, chega a Ilha a energia elétrica e o sistema de embarcação legal com trapiches e embarcações agora regularizadas. As especulações imobiliárias também iniciaram nessa época fazendo com que muitos nativos vendessem suas terras para dar lugar a pousadas com donos externos a ilha, dessa forma o governo interviu criando o um plano de uso que afetou a comunidade tradicional e seus costumes. A Ilha do Mel foi considerada Parque Ecológico com as intenções determinadas no Decreto Estadual nº 5.506 de 2002 que são:

A preservação e conservação dos ambientes naturais de praia, dos costões rochosos, das áreas de influência marinha, de importantes remanescentes da Floresta Ombrófila Densa Submontana e de Terras Baixas associadas à Floresta de Restinga, aos sítios arqueológicos, em especial os sambaquis e a rica fauna proporcionando a proteção integral da diversidade biológica. (PLANO DE MANEJO. P. 7)

Segundo Nascimento (2015) após a criação do plano de manejo, moradores que tinham como subsistência plantações foram obrigados a cessá-las devido às novas orientações sobre habitações nas áreas de preservação. Como Parque Ecológico nas partes consideradas como Unidade de Conservação foi proibida a entrada também, sendo liberada apenas para pesquisa, com a autorização prévia do IAP.

A partir de dados do Departamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral DIBAP (2017), a Ilha do Mel, atualmente possui cerca de 1.500 habitantes

que são divididos em seis vilas: Nova Brasília, Encantadas, Vila do Farol, Fortaleza, Praia Grande e Ponta Oeste. A população atual se modificou muito desde seus ancestrais e a pressão da exploração visando o lucro fez com que muitos moradores antigos vendessem seus terrenos por valores abaixo do preço normal. Com isto, agentes externos abriram pousadas e restaurantes, e hoje trabalham nesses lugares, sendo atualmente a principal atividade econômica local (Kim, 2004).

O principal meio de transporte para a Ilha do Mel é realizado por embarcações da ABALINE Associação dos barqueiros do Litoral Norte do Paraná, podendo ocorrer tanto por Pontal do Sul, quanto por Paranaguá, com destino ao trapiche de Nova Brasília e da Vila de Encantadas. Também ocorre o serviço de travessia interna que é feito pela Cooperativa dos Transportes Náuticos Autônomos na Ilha do Mel (COTRANAUTA). Ambas as travessias acontecem pelo Canal da Galheta e pelo canal que ocorre também a passagem dos navios com destino ao porto de Paranaguá. Segundo Schena (2005) o canal tem grande profundidade dado as inúmeras dragagens realizadas para a passagem de navios.

A Vila de Nova Brasília localizada ao lado norte da Ilha do Mel, apesar de possuir menos moradores a faixa de extensão é maior em relação à Vila de Encantadas, as comunidades entorno são Vila do Farol, Fortaleza, Praia Grande e Ponta Oeste, em nossa pesquisa vamos abranger todas as comunidades ao redor.

Em Nova Brasília encontramos um posto de saúde, que é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Paranaguá e uma instituição educacional, que oferta desde a educação inicial até ao ensino médio, sendo do maternal 1 até o quinto ano responsabilidade da Secretaria Municipal de Paranaguá e do sexto ano até o terceiro do ensino médio do Governo do Estado. A segurança local acontece através de um posto policial que por vezes possui guardas municipais, e em outras policiais militares e agentes da força verde.

A economia local é basicamente voltada ao turismo, com diversas pousadas e restaurantes, e transportes marítimos, mas existem outros meios empregatícios, através da escola, do posto de saúde, da coleta de lixo, do sistema de fornecimento de água e da fiscalização ambiental.

A atividade pesqueira é quase inexistente, a mesma acontece na época da tainha de forma mais proeminente, com suas redes artesanais e por meio de trabalho comunitário. Fora deste período, a atividade pesqueira ocorre ocasionalmente para venda e consumo local, por poucos moradores, vale resaltar que muitos moradores possuem a carteira de pesca pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca SEAP/PR, porém não fazem da pesca sua atividade econômica, sendo também donos de pousadas, ou trabalhando em outras áreas.

A organização política da Ilha acontece através de associações, são nelas que ocorrem as mediações entre governo e comunidade, de tempos em tempos acontece uma eleição em que é eleito um representante e seu vice sendo eles quem levam as reivindicações, objetivos, benefícios e responsabilidades dentro e fora da comunidade, existem diversas associações sendo elas: Associação dos barqueiros, do comércio local, da comunidade de Praia Grande e dos pescadores.

2.2 O CAIÇARA: EXPLICANDO O SUJEITO

Os tataranetos das primeiras gerações, fruto das uniões entre tupinambás, portugueses e escravos moradores da faixa litorânea são hoje os nossos caiçaras. Pensando na classificação de Diegues (2004) caiçaras são os descendentes dessa mescla de contribuição étnico cultural, eles apresentavam um estilo de vida baseado em atividades de agricultura, da pesca, do extrativismo vegetal e artesanato (DIEGUES, 2004, p.10)

Figueiredo (1954) apresenta o primeiro estudo geográfico da Ilha do Mel, neste estudo ele aponta um breve histórico sobre como foi a colonização da Ilha do Mel ele mostra em seu estudo a presença dos primeiros habitantes do ilhéu:

(...) os carijós, porém ele explana também que mesmo antes de 1648, quando Gabriel de Lara chegou a Paranaguá já havia povoamento branco, pois o litoral era visitado por naus não somente portuguesas, mas espanholas e francesas a fim de refrescar-se no caminho até as Índias, alguns tripulantes fugiam da “civilização” e iam conviver com os índios. (P. Prado, apud Figueiredo, p.43 1954).

Dessa forma podemos considerar que a Ilha do Mel era habitada por essa mescla de escravos, índios e portugueses que unindo suas culturas e relações originavam os primeiros caiçaras.

Pilan (2006) salienta que pode se classificar através da localização dos caiçaras, pois os moradores da faixa costeira entre o Sul da Bahia e o Ceará são chamados de jangadeiros, e entre o Piauí e o Amapá praiheiros. (PILAN, 2006. P, 23). São considerados caiçaras os habitantes da faixa costeira de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Fazendo uma linha histórica e resgatando o que os autores consideravam a cultura caiçara iniciamos com Willems (1952 apud 2004) para ele a subsistência retirada da pesca e da agricultura, uma comunidade unida, através de mutirões e reciprocidade além de pequena relevância dada à religião oficial caracteriza a cultura caiçara.

Nesse momento, fazemos um paralelo com a pesquisa de Harder (2014), que apresentava a coletividade na Ponta Oeste da Ilha do Mel e como eles viviam da subsistência retirada da pesca e da agricultura local, a presença da capela na região e a união da comunidade, isso antes da tomada das terras pelo IAP, amparados por leis de “proteção ambiental”, reduzindo as terras das famílias que até então habitavam aquela área da Ilha do Mel e fazendo com que os mesmos alterassem o modo de vida caiçara que eles tinham até então.

A partir dos estudos de Paulo Noraga e Diegues (2004) podemos conceituar como cultura caiçara a estreita relação com a natureza, e os processos da mesma, o conhecimento do manejo local herdados de seus antecedentes e a importância das relações dentro da comunidade seja familiar ou comunal, relevância nos ritos e mitos associados à criação e a pesca, além de limitado poder político que encontra-se em centros urbanos e distante da identidade caiçara.

Encontramos em Sampaio (2006) a origem da palavra caá-içara (tupi), que significa a estacada, o tapume, o cercado a trincheira, mas a mesma palavra é

usada para nomear os moradores da região litorânea do norte do litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Paulino de Almeida em seu trabalho sobre os caiçaras de Cananeia e entorno (1945 apud DIEGUES P.26) descreve o modo de vida caiçara das primeiras décadas do século XX:

Nessa luta terrível, ora para a terra, ora para o mar, consomem toda a energia, julgando-se felizes quando conseguem algumas roças de mandioca e os apetrechos principais para a pesca. (DIEGUES, 2004:27)

Paulino (1945, apud Diegues 2004) também caracteriza o caiçara como um habilidoso artesão que a necessidade de fazer sua própria canoa, tornou-o um mestre de construções navais, criando inúmeros trabalhos alusivos à arte, além de um diversificado número de embarcações ao longo do litoral. O autor ainda aponta os vastos conhecimentos que os caiçaras possuem dos recursos naturais e como tal conhecimento os auxilia na pesca. Acerca da religião o pesquisador afirma que no início do século XX, havia demasiados festejos, como: A Bandeira do Divino, a Festa dos Reis, as danças que acompanhavam os mutirões, como o São Gonçalo. (DIEGUES, 2004:28)

Diegues (2004), em sua obra “Enciclopédia Caiçara: Um olhar do pesquisador”, nos mostra o modo de vida do caiçara paranaense, apontando que o litoral paranaense sempre obteve contato com o paulista (população e costumes). O caiçara paranaense não é muito diferente do de Cananéia descrito por Almeida (1945 apud DIEGUES 2004), mediantemente religioso, rezando quando necessário e participando da Bandeira do Divino, tendo o fandango¹ a dança principal, sendo preferido a chamarrita, a cana-verde e o dondom².

¹ O fandango consiste em uma dança que acontece de dois grandes grupos os bailados e as rufadas nos bailados homens e mulheres arrastam os pés, e nas rufadas dançam entre batidas de pés e mãos, e somente os homens rufam, calçando tamancos. (DIEGUES, 2004)

² Variedades de Fandango.

Os caiçaras da Ilha do Mel, através de dados coletados nas entrevistas tinham hábitos religiosos semelhantes aos elencados por Almeida, tendo como hábito a participação em novenas para Nossa Senhora dos Navegantes, pedindo uma pesca prospera, nos dias atuais eles continuam com o mesmo costume, realizando as novenas em busca de bênçãos, proteção e prosperidade. Uma observação interessante é que alguns moradores isolados, além da crença na igreja católica acreditam também em simpatias e na força da natureza para proteção e amparo.

Sobre a forma de falar do caiçara, Vera Beatriz Langvski, na pesquisa “Contribuição para o Estudo dos Usos e Costumes do Praiano do Litoral do Paraná”, explica que eles falavam com dialetos próprios, fonética diferenciada e neologismos, além de uma variedade de vocábulos indígenas.

Observamos tais dialetos na Ilha do Mel abarcados também em outras Ilhas bem semelhantes aos dialetos usados pelos parnanguaras mesmos, abaixo segue uma breve tabela com alguns dos dialetos locais mais usados pelos moradores da comunidade de Brasília, lembrando que pode haver semelhança com outras ilhas ou até mesmo com a comarca devido a alta frequência de turistas na Ilha e sua convivência social, pois é através da convivência que criamos os hábitos da fala (Língua aplicada).

QUADRO 1 – DIALETOS MAIS COMUNS NA ILHA DO MEL

Chimirde, Lemarde	Algo grande, enorme, imensurável
Vou lá eu	Ir a algum lugar, muito comum a aplicação do sujeito após o verbo.
Bem pequeno	Algo grande
Bem pôco	Usado para indicar quantidade
Bem manso fica ele	Refere-se a pessoa irritada.
Coisa bobo	Menino que faz bobagens.
Sáminina	Refere-se a uma menina.
Tô devarde	Estar sem fazer nada.

Fonte: Tabela produzida pelos autores com dados obtidos pelos entrevistados – 2019.

Para a geógrafa as crenças dos caiçaras são:

Almas penadas que vagam no silencio das noites claras do luar, soltando uivos e lamentos; as mulas-sem-cabeça, em que se transformavam as pessoas que haviam tido amores ilícitos; a cobra caninana que mamava em mulher que amamentava filho pequeno. (DIEGUES, 2004p. 29)

O autor ainda apresenta que os caiçaras paranaenses possuíam um vasto conhecimento em medicina caseira como “garrafadas”, entremeadas com rezas, benzimentos e simpatias. Características que ainda são frequentes na Ilha do Mel, como pudemos constatar em nossa pesquisa, já que muitos entrevistados falavam sobre uso de chás, simpatias e rezas, vemos muito a crença do caiçara na cura pela natureza.

Vale ressaltar que as comunidades caiçaras nunca tiveram isoladas totalmente, mas mantinham contato dependendo das relações e necessidades com cidades ao entorno. Tais contatos aconteciam via terrestre, fluvial e marítima. (Diegues& Arruda, 2001 p. 42) Na Ilha do Mel esse contato acontecia e acontece através do denso número de turistas que visitam a ilha constantemente.

Apresentar a história do caiçara da Ilha do Mel é mostrar não apenas para a comunidade acadêmica, mas para os jovens moradores quão rica e importante é a história de seus antepassados e como é rico o conhecimento tradicional deles, como a nossa pesquisa é de cunho social e histórico faremos a união do saber científico com o saber tradicional relacionando sempre que possível os dois.

Abaixo segue o Decreto 118/2002, que coloca o conhecimento tradicional como uma verdade biblioteca viva:

São considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em colectividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades

industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma (Artigo 3º do decreto 118/2002).

O conhecimento tradicional produzido e transmitido por caiçaras tem grande importância para o manejo do ambiente, uma gama de teóricos vem apresentando a riqueza do conhecimento tradicional, abaixo citamos alguns destes autores:

Segundo Pinto e Marques (2004) o conhecimento que vários grupos humanos têm acumulado sobre seu habitat e os recursos bióticos e abióticos que utilizam e com os quais interagem, nos últimos anos tem se tornado uma ferramenta para estudos científicos, auxiliando no conhecimento da flora, fauna e ecologia dos ambientes. (DIEGUES, 2004p. 163)

Ruddle (2001) apresenta em sua obra o “Systems of knowledge: dialogue, relationship and process” como funciona o sistema de manejo comunitário da pesca e como esse conhecimento tradicional tem fornecido informação para países subtropicais aonde tais informações biológicas raramente são disponíveis.

Berkes (1998) explica que em 1990, as questões ambientais viram a relação da dependência entre as características das comunidades e seus conhecimentos tradicionais, fazendo a associação desses conhecimentos com a conservação dos recursos naturais, influenciando o desenvolvimento de diversas análises e estudos.

Os habitantes de comunidades tradicionais, como a Ilha do Mel, por exemplo, possuem saberes específicos sobre o local onde vivem e detêm conhecimentos sobre o ecossistema que os envolve e dele retiram os recursos necessários à sua sobrevivência. Ainda que não possuam o saber científico que se produz nas universidades a relação que os mesmos estabelecem com a natureza baseado na empiria e na transmissão dos saberes através da oralidade e da tradição destes conhecimentos garantiram a preservação do meio ambiente até os dias atuais.

Um exemplo disso é a forma com que os nativos produziam a agricultura que hoje podemos traduzir como baseados no sistema de cultivo em agroflorestal. Por décadas os moradores mantiveram suas plantações onde hoje são as reservas

ecológicas e isto se deve ao acúmulo secular dos saberes tradicionais caiçaras que fez com que o ecossistema não fosse alterado.

Os conhecimentos caiçaras estão relacionados com sua herança étnica. De acordo com Adams (2000), podem-se encontrar diversas características da cultura indígena no cotidiano caiçara, bem como a pesca artesanal e o sistema agroflorestal.

Ao caracterizar a comunidade caiçara, Diegues (2001) deixa claro que seus conhecimentos são passados de geração em geração:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) *conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral*; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e volta do para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possam estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p.87-88 **[Grifo nossos]**).

Segundo Sanches (1997) o conhecimento inerente às experiências dos antepassados é essencial para a forma que os caiçaras se relacionam com a ecologia atualmente, agindo com equilíbrio entre as práticas de manejo e do meio ambiente. O autor ainda os aponta como essenciais para preservação da biodiversidade. Através de nossas entrevistas pudemos ver como acontecia a passagem desses conhecimentos entre avós, pais, filhos e netos, porém sentimos a angústia de alguns entrevistados ao mencionar que a juventude atual não se

interessa por tais conhecimentos, preocupados mais com o turismo, o lucro e as festas.

De acordo com Adams (2000) concordando com Sanches, os moradores das comunidades tradicionais dispõem de métodos de manejo que cooperam na manutenção dos ecossistemas tropicais, como possivelmente ocorre no caso da agricultura itinerante, que pelos caiçaras se referem ao cultivo da terra.

1.2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS

A os caiçaras da Ilha do Mel são considerados uma comunidade tradicional, dessa forma é importante dissertar sobre o que é uma comunidade tradicional (C.T), e como ela está amparada por leis, já que pudemos ver que no presente momento as únicas leis que regem a Ilha do Mel são as escolhidas pelo IAP, acreditamos que será importante apresentarmos como estão modeladas as C.T de forma jurídica, além de mostrarmos autores que as estudam e o aporte teórico sobre o referido tema.

Começamos por tratar de alguns aspectos presentes na obra “Biodiversidade e Comunidades Tradicionais do Brasil”, datado em 1999, a obra de organização de Antonio C. Diegues apresenta dados históricos sobre a preservação da biodiversidade e a relação das comunidades tradicionais em áreas com biodiversidade.

Vale ressaltar que no período em que essa obra foi escrita as questões jurídicas de políticas ambientais para as C.T. tinham acabado de ser inseridas—após a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) por meio da portaria nº 22 de fevereiro de 1992 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 1992).

Como a obra foi escrita em 1999, falemos agora sobre o que acontecia no âmbito legislativo nesse período para as C.T. Após a criação do CNPT que visava “promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais” (IBAMA, 1992) as C.T conseguiram a visibilidade legislativa, porém como o IBAMA era responsável pelas questões ambientais, às populações tradicionais estavam a todo o momento sendo

tratadas com as normativas criadas para o meio ambiente, ou seja, nesse momento as comunidades tradicionais ganhavam o reconhecimento legislativo que tinham até então apenas os povos indígenas e quilombolas, porém com a desvantagem de estarem sempre em conflitos com as questões ambientais.

Um exemplo claro disso foi o que aconteceu na Ilha do Mel, com a Ponta Oeste, que após declarar a Ilha como Reserva Ecológica, não foi levado em consideração em nenhum momento à população que vivia ali, sua cultura e sua identidade, apenas foi sancionado a lei ambiental fazendo com que os poucos moradores que vivem naquela comunidade atualmente sintam-se invisíveis³.

Em determinada altura da obra de Diegues, após explorar muito da história dos povos tradicionais do mundo inteiro em relação com o meio ambiente, além de apresentar vários teóricos que contribuíram com a determinação das C.T, o autor cita os caiçaras como um exemplo de comunidade caiçara, antes de apresentarmos a dita parte, voltaremos ao que depois de difundir vários teóricos quais elementos que Godelier (1984 apud 1999); Mourão (1971 apud 1999) e Diegues (1999) pontuam que caracterizam a comunidade tradicional, ou como usada no momento da obra às sociedades tradicionais:

- a) pela dependência freqüentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

³ Termo usado por Hader e Freitas, na pesquisa “Territórios Tradicionais e Conservação da Natureza: o caso da Ponta Oeste, Ilha do Mel”, trabalho que os autores explanam através de entrevistas como os moradores da comunidade que um dia foi a mais habitada da Ilha do Mel, sentem a perda da identidade devido às sanções ambientais e a imposição de leis de um IAP *seletivo* (termo usado por nós mesmos)

- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
 - i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
 - j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
 - l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.
- Exemplos empíricos de populações tradicionais são as *comunidades caiçaras*, os *sitiantes* e *roceiros* tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (BRASIL, 1999, p.22 [grifo nossos])

As características abordadas na obra idealizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre Populações humanas e áreas úmidas da Universidade de São Paulo, são retomadas na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC, que no final de década de noventa, institui a Lei nº 9.985 de 2000, o mesmo assegurava a proteção das Unidades de Conservação e populações que lá habitava como vemos no inciso 13 “XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.” (BRASIL, 2000, art 3º, inciso XIII). Como dito, no projeto de lei que visava a criação do SNUC as populações tradicionais são definidas com:

grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. (BRASIL, 2000, art. 2º, inciso XV).

Porém o presidente da república da época Fernando Henrique Cardoso vetou o parágrafo cogitando que da forma que estava escrito dava a ideia de que abrangeria toda a população brasileira, aos olhos da nossa interpretação o inciso XIII nada mais é, que um resumo da minuciosa caracterização organizada por Diegues e autores.

São consideradas populações tradicionais segundo Darcy Ribeiro (1978), Manuel Diegues Jr. (1960) e Alceu Maynard de Araujo (1973), as seguintes populações: caiçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio,

praieiros, quilombolas, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, varjeiros, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejos/vaqueiros.

Após muita luta de movimentos sociais, bem como alguns governantes envolvidos com a causa das populações tradicionais, em dois mil e quatro o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, esse grupo tinha como principal função coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que por meio do Decreto Federal nº 6.040 que diferente da menção do SNUC que nem fazia questão de explicar o que eram a população tradicional ela tinha como objetivo:

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade; XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; (BRASIL, 2007, Art. 3º).

Além de definir o povo tradicional como:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, Art. 3º).

Sabemos hoje que mesmo com os povos tradicionais amparados na legislação nacional eles sofrem com a falta de vontade política de governantes, e dessa forma os direitos adquiridos acabam por ficar esquecido e pouco aplicado na vida prática das populações.

De acordo com Godelier (1984) as comunidades tradicionais possuem “racionalidades distintas e cada uma delas dispõe de um conjunto de regulamentos conscientemente elaborados para atingir seus objetivos”. Cada comunidade cria um sistema social e econômico específico de uso dos recursos naturais e seu manejo, trabalho, saberes e cultura formada por seus mitos e religiosidade.

Ainda a tempo Diegues (1999), aponta que caiçaras são comunidades tradicionais:

(...) formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. (BRASIL, 1999 p.24).

Dessa forma compreendemos que comunidades tradicionais, ou povos tradicionais são palavras usadas para conceituar um povo específico que busca viver suas tradições em um espaço territorializados e significados com elementos da sua cultura, religião, história e lutas. Entender o que são comunidades tradicionais e seu conceito é de suma importância quando falamos em etnoconhecimento.

1.2.2 3- ANÁLISES E RESULTADOS

1.2.3 3.1 Os anos 80 e o turismo “ecológico” na Ilha do Mel.

Nas ultimas décadas do século XX o turismo começa a impactar e a interferir notoriamente a realidade das vilas da Ilha do Mel, acerca desta questão corroboramos com o que nos apresenta Harder (2014), sobre a presença do Estado e dos órgãos fiscalizadores e policiais que limitam a vida da população da Ilha do Mel.

Segundo moradores locais, o turismo sempre aconteceu, mas existiam comunidades que viviam da pesca e da agricultura, como por exemplo, a Praia Grande, conhecida por moradores como “Canto da Vó” era conhecida por sua plantação de mandioca e produção de farinha, mas com a proibição do governo através de lei que limitava o uso das terras por moradores, os mesmos acabaram voltando sua economia para o turismo, ou vendendo suas terras às pessoas que não eram da Ilha.

É necessário fazer uma observação sobre algumas terminologias usadas pelos moradores que serão citadas e para melhor compreensão explanaremos agora, a população da Ilha é dividida por eles como: nativos, “de fora”, turistas e

peessoas que vão a trabalho, desta forma são considerados nativos aqueles que nasceram na Ilha e seus antepassados também, “de fora” são aqueles que moram na Ilha, mas que vieram de outro lugar, (Nascimento, 2015) vale ressaltar que ainda que a pessoa more na Ilha há trinta anos, tenha constituído família, tido filhos nascidos na Ilha, ainda assim será considerado de fora, os turistas que são aqueles que vão a passeio e as pessoas que vão ao trabalho, são elas aquelas que vão trabalhar na Ilha por um período e ainda que morem lá por um período não são considerados moradores “nativos”, nem “de fora”.

Sendo assim, os nativos vendiam suas terras para pessoas de fora e iam tentar a vida em outro lugar, algumas vezes em Paranaguá e outras cidades litorâneas.

No ano de 1972 em Estocolmo acontece à primeira Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente com a participação do Brasil, nessa Conferência discutiu-se os problemas ambientais, e os limites do desenvolvimento econômico, a questão da poluição e a relação com o bem estar da sociedade, dessa maneira, acabou gerando uma preocupação dos Governos sobre a regulação do uso dos recursos naturais, e a manutenção da qualidade ambiental. Com essa preocupação do Governo Federal cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente no ano seguinte (MOURA, 2016 p.59). Essa secretaria visava proteger e conservar os recursos naturais do país, mas como tudo criado pelo governo, a visão desenvolvimentista do país era quem regia a secretaria, conflitando sempre com a preservação ambiental.

Arquivos de pesquisadores nos mostram que durante a ditadura surgiu um movimento ambientalista, que não teve muita relevância, mostrando ainda mais que a preservação ambiental do Brasil só aconteceu para agradar o exterior e não como uma ação efetiva. No governo de Sarney continuou a mesma hipocrisia governamental, e de efetivo para as questões ambientais só temos de relevante a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a aprovação de um capítulo sobre o Meio Ambiente na Constituição de 1988, lembrando que ambos foram efetivados pela pressão internacional e não por uma importância com os recursos naturais no Brasil, dados encontrados Moura (2016).

Em 1985, por meio do Decreto Nº 90.883 e com a finalidade precípua de “assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção [...] e comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional” (BRASIL, 1985).

Cria-se neste período a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, que daria início a uma sequência de novas áreas que seriam postas aos “cuidados dos ambientalistas”.

No mesmo ano, as ilhas do Pinheiro e do Pinheirinho são declaradas como “Área de relevante interesse especial”, devido ao seu ecossistema de espécies raras ou ameaçadas de extinção. Em 1987, surge um documento: “Gestão para o ecodesenvolvimento: notas para a revisão das atitudes do governo do estado do Paraná para integração entre conservação e desenvolvimento no litoral” (PARANÁ, SEPL, 1987), documento que será muito importante para explicarmos o que acontecerá na década de noventa na Ilha do Mel.

Como visto acima, nesse momento o litoral paranaense estava sob vigilância do Governo, mais precisamente o litoral norte, pois havia mais áreas a serem protegidas. Enquanto os Governos Federal e Estadual começavam a se preocupar com a conservação do meio ambiente os moradores da Ilha do Mel se viam divididos entre o turismo, e a subsistência.

Durante as entrevistas recebemos relatos de moradores que nesse período, como já dito acima, a Ilha do Mel não estava fadada a viver só do turismo, sendo normal viverem da pesca e da agricultura, sendo o solo muito fértil para plantar tubérculos e outros alimentos como podemos observar nos fragmentos das entrevistas abaixo:

Meus pais tinham uma plantação de mandioca, era imensa, nós produzíamos farinha e vendíamos em vários lugares, íamos de canoa para Paranaguá, outras ilhas e até mesmo Antonina (A.G. 2018).

Apreendi muita coisa com meus tios e minha avós e meus pais, pela parte da minha mãe aprendi a pescar , camboar , fazer rede , fazer tarrafa , pescar de tarrafa , plantar, atualmente pela cultura se perder e pela política do país ou do estado, hoje vivo do turismo, mas mesmo assim pesco para meu consumo (J.A. 2018)

Filha de pescadores aprendi muito sobre época de pesca, era muito criança, hoje em dia quase ninguém pesca, só na época da tainha mesmo (A.M. 2018)

Aqueles que fazem parte da história da Ilha do Mel dos anos oitenta relatam o modo caíçara que eles viviam, com a natureza como fonte de renda, fazendo sua subsistência da pesca e da agricultura, apontam que não existia energia elétrica em toda a Ilha, alguns lugares possuíam geradores, o transporte ocorria através de barcos ou canoas.

O comércio era feito por pequenos mercados, pousadas e campings e restaurantes, Kraemer (1985) explica que depois do aumento do turismo os nativos começaram a vender pescados, pães, salgados, refeições e doces para os turistas.

A educação acontecia até a quarta série primária, no mesmo terreno que hoje sedia a escola, aqueles que optavam por completar os estudos iam morar em Paranaguá na família de parentes próximos e depois retornavam para a Ilha.

Ainda em nossos levantamentos de dados na pesquisa de campo constatou-se que por não possuir nenhuma unidade básica de saúde, era comum terem benzedadeiras, parteiras e até mesmo uma enfermeira que ajudavam quanto possível nas doenças, mas em caso de urgência os moradores e nativos tinham que ir para Paranaguá.

Estima-se que naquela década na Ilha do Mel moravam cerca de 500 pessoas, separadas em todas as comunidades (Vila de Encantadas, Praia Grande, Vila do Farol, Brasília Fortaleza e Ponta Oeste) uma observação interessante é que a grande maioria dos moradores eram famílias extensas de nativos nascidos na Ilha do Mel, ou seja não tinham tantos habitantes “de fora”.

No final dos anos oitenta, para sermos mais exatos em 1988 a energia elétrica chega a Ilha do Mel, antes disso já em 1985 a água tratada passa a ser fornecida pela Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá, que utilizam dois mananciais localizados em Morro Bento Alves (Encantadas) e também dez poços artesianos, com isso facilita ainda mais para o aumento do turismo, com os números de turistas aumentando cada vez mais chega à especulação imobiliária, trazendo

pessoas de fora, de classe alta, abre-se comércios e pousadas e isso gera uma sequência de ocupação de espaço de forma desordenada causando desmatamento e degradação desnecessários.

Temendo as questões ambientais, em 1987 Álvaro Dias, instituiu uma comissão para solucionar problemas apresentados pelo Instituto Florestal do Paraná no *Estudo do impacto ambiental e alternativas de uso racional para a Ilha do Mel*, na busca de solucionar os problemas, se elabora inúmeras propostas, que visavam ajudar a ilha nas questões socioambientais na prática poucas ações efetivamente ocorrem e há um abandono das questões até o surgimento do Plano de Manejo em 1992.

Os anos 80 se mostra a década em que o turismo se estabelece os relatos de moradores que vieram morar na Ilha naquela época reforçam esta afirmação:

Buscando um lugar sossegado para ganhar dinheiro (N.M, 2018).

Aqueles que até então eram os donos das terras na Ilha do Mel, sentem-se neste momento perdidos entre a alegria e a prosperidade que os turistas traziam o medo das imposições do governo e a preocupação com o futuro daquele amado pedaço de terra que eles chamam de lar.

1.2.4 Anos 90 e o impacto do Plano de Manejo

O turismo continuava alavancando na Ilha do Mel e com o abandono do poder publico ocorreram muitas ocupações e vendas irregulares de lotes.

Se nos anos oitenta os nativos vendiam suas terras para os imigrantes, temendo as ações do governo, no inicio dos anos noventa eles trocavam sua extensão de terra por promessas de vida melhor fora da ilha, e dessa forma davam margem para pessoas de fora, sem a consciência ambiental que os nativos possuíam:

As pessoas vendiam seus terrenos muitas vezes por terem mais de um e por não ter conhecimento ou não acreditar que o local onde viviam teria um grande potencial turístico, deixando-se assim enganar-se com promessas de vidas melhores fora da ilha (A.M. 2018).

E verdade muitas pessoas venderam seus terrenos, sem ter ideia do valor deles, trocavam até por televisão, ou barateavam por não ter ideia do valor (A.G, 2018).

*Bom, sei que muitos nativos, com a mudança política e até mesmo, pela falta de oportunidade, ou ate mesmo por ingenuidade, aconteceu vários e vários caso de vendas, trocas que não foram realmente justas, e muito desleal com Nativo. E isso aconteceu, com entrada de pessoas de fora (...)
(J.M, 2018).*

Muitos nativos deixaram suas terras na década de noventa, como apontado acima com o abandono do poder publico, mas o temor das imposições do governo fizeram com que os moradores nativos fossem procurar uma vida diferente em outros lugares, porém veremos mais a frente que a consequência não foi como esperada para aqueles que deixaram suas terras.

Em 1992, após um longo período de abandono a Secretaria Especial para Assuntos do Meio Ambiente, com o objetivo de apresentar os problemas já levantados em documentos anteriores, e é elaborado e apresentado o *Plano diretor de uso, ocupação e manejo da Ilha do Mel*, esse plano pretendia garantir a efetivação das áreas protegidas, em coexistência com a comunidade. Elaborado sob a coordenação da bióloga Simone Ferreira de Athayde, o documento, faz um apanhado histórico e geográfico do local.

Para os moradores o plano de manejo foi um balde de água fria, pois muitos daqueles que tinham plantações organizadas no sistema de agrofloresta, ou seja, nas terras que são consideradas Unidades de Conservação não habitáveis, sendo assim tiveram que substituir a renda da família para o turismo, ou vender o lote “legalizado” e mudar-se.

Nos anos noventa a Ilha do Mel será marcada pela chegada e fixação de residência muitos moradores não nativos, alguns vinham para morar buscando um novo estilo de vida, outros vinham pela especulação imobiliária a exploração do turismo. Nesse momento, moradores explanam que muitas pessoas de fora

montavam pousadas muito bem equipadas e contratavam moradores nativos para trabalharem como camareiras e cozinheiras.

Ainda há relatos de moradores, que apontam dificuldades em buscar alimentos no continente e até mesmo estudar, pois nesse período ainda não existia transporte para levar os alunos ao continente a fim de concluírem seus estudos, sendo preciso a mudança de parte da família para Pontal do Sul ou Paranaguá.

Eu lembro que antes, só tinha até o quarto ano e então eu tive que ir morar um tempo em Pontal do Sul, com minha filha, a Janis, para que ela pudesse terminar os estudos (S.G, 2018).

Eu, assim como muita gente fiz até a quinta série, porque não tinha dinheiro para ir estudar fora, e depois de velho, a gente perde a vontade (O.F, 2018).

Depois que conseguimos o barco para levar os alunos estudarem em Pontal, logo veio o estado com escola até a oitava série, foi muito bom, as crianças podiam estudar (O.F, 2018).

A população residente na Ilha do Mel vinha crescendo em decorrência do aumento do turismo, além daqueles que vinham construir suas pousadas, muitos vieram em busca de emprego e a Ilha já estava estabelecida como Reserva Ecológica, os moradores sabiam das sanções e limitações, agentes do governo sempre realizavam entrevistas e pesquisadores analisavam os problemas ambientais e socioeconômicos do local, porém em 1994, o Instituto ambiental do Paraná (IAP), apresenta a sua chefia um relatório sobre a Ilha do Mel e sua situação de abandono, e com isso em 1997 o governo elabora o Decreto Estadual nº3. 502, o mesmo atribui ao IAP os poderes conferidos no estado do Paraná, e cria o Conselho Gestor da Ilha do Mel.

Moradores relatam sobre como foi a chegada do IAP na Ilha do Mel:

O IAP chegou aqui na Ilha, acho que era 96, 97, com umas ideias até que boas, na época era o Salomão, acho, ele mudou para cá, trouxe a família para a Ilha, ele foi se infiltrando na comunidade, tentando, na minha visão, tentando conquistar e aí começou as leis e proibições de perto... O IAP sempre ficava em cima do morador, parece até um pouco de desigualdade, com o morador eles pegam mais pesado, com as pessoas que tem mais

posse assim, eles, dão um alívio, dão um jeitinho, mas é isso, o IAP veio para mandar, leis (S.G, 2018 [grifos nossos]).

Agora a Ilha do Mel estava sobre os olhos da fiscalização ambiental, o que deveria sanar os problemas levantados no relatório elaborados pelo IAP não ocorre efetivamente. O que se percebe pelos relatos dos moradores, foi uma visão contrária do que seria proteção ambiental, pois para os nativos a justiça ambiental significava imposição das leis de proibições, de e multas em nome de uma suposta “proteção ambiental” enquanto para as grandes pousadas a justiça era cega e corruptível.

Corroborando com o que foi dito pelos moradores encontramos em, Westphal (2014) e Schena (2006) sobre as burocracias do IAP para construir e/ou reformar dada de forma diferenciada entre o nativo, e as pessoas de fora, obtendo tratamento diferenciado se você for dono de uma pousada, turista ou um empresário local, fazendo com que gere conflitos entre os moradores nativos e as pessoas de fora.

Ainda a partir dos relatos dos moradores vemos que nos anos noventa ainda não exista captação de lixo na Ilha do Mel, os moradores antigos enterravam seus lixos, ou queimavam por orientação de terceiros, que eles não souberam explicar quem eram.

Sobre o sistema de saúde, os moradores relatam que existia um Posto de Atendimento Médico, mas que dificilmente tinha médicos, quem sempre socorria era a enfermeira e em caso de emergência a dificuldade era bem maior para os moradores da Ilha para conseguir o socorro em tempo, pois dependia da ajuda da polícia e da disposição de pessoas de dentro da comunidade.

Acerca da economia local, segundo moradores tinha como principais atividades: o turismo, as pousadas, os campings, os restaurantes, as vendas de artesanato, as vendas de pescados.

Cada vez mais os nativos perdiam a cultura da agricultura caiçara e da pesca artesanal para trabalhar com o turismo. As limitações impostas pelo IAP se mostraram um grande impedidor para a manutenção da cultura tradicional caiçara Lugares como a Vila do Farol, por sua localização próxima ao trapiche, cada vez

mais se tornava um centro comercial com muitas pousadas, restaurantes e estabelecimentos comerciais que visasse atender aos turistas.

As praias mais distantes do trapiche e mais próximas das unidades de conservação sofriam cada vez mais com as sanções do IAP os nativos eram proibidos de manter suas plantações, a pesca sofria grandes perdas devido a mudança da entrada do Porto de Paranaguá para o Canal da Galheta. Pela distância do trapiche o turismo era pequeno naquelas áreas, dessa forma, foi ocorrendo uma evasão de pessoas desses lugares como a Praia Grande e a Ponta Oeste. Estas comunidades que até hoje lutam para manter-se, pois por estarem próximas a áreas de conservação o IAP estão limitadas, oprimidas e impedidas de realizar qualquer atividade agrícola. Aos nativos que optavam não “viver do turismo” tinham como opção trabalhar nas pousadas, em serviços públicos, mas por muitas vezes temporário.

Neto (1999) apresenta em números e dados que exemplificam o que discutimos acima, este autor aponta que a partir de 1995, começou a predominar a instalação de estabelecimentos comerciais voltados ao turismo, esclarecendo que o número de segundas-residências aumentou mais de 50%, entre 1980 e 1997, ao passo que as residências de moradores permanentes, predominantemente de nativos, aumentaram apenas 27%.

Esteves (2004) disserta sobre o perfil dos turistas que frequentavam a Ilha do Mel, e as mudanças que aconteceram neste período. Se até então a Ilha era visitada por famílias em busca de paz e tranquilidade em suas casas de veraneio, nos anos noventa passou a ser uma um tipo de “homo-urbano desenvolvimentista”. Isso se dava em decorrência da busca das pessoas da cidade por lugares com ambientes naturais em bom estado de conservação, e nesse momento o papel da mídia em divulgar a Ilha do Mel foi essencial, junto com os aportes realizados pela comunidade, IAP, governo para incentivar ainda mais o turismo local:

a construção de ancoradouro em Nova Brasília; construção de uma praça de animação para a comunidade e visitantes; edificação do Escritório local do IAP1 /Centro de Recepção de Visitantes; edificação do Posto da Polícia Florestal; reorganização das trilhas, e daquela voltada ao turismo:

construção de pousadas; restaurantes; o funcionamento de linhas regulares de barco, entre outros (Esteves, 2004, p.209)

Como podemos ver a Ilha do Mel sofreu mudanças de 1980 para 1999, mudanças essas que nem sempre facilitaram a vida para os nativos, o turismo e a forma com que o governo tratava as questões na Ilha do Mel ainda deixavam os moradores confusos. A realidade da Ilha ia melhorando, começam a ocorrer mutirões para vacinação das crianças, para a feitura de documentação para quem não os tinham. Cada vez mais o turismo toma as rédeas das comunidades compreendemos agora que muitas vezes não por opção e sim por única saída para continuar na Ilha. A chegada do século XXI na Ilha do Mel: Os anos 2000 e sua história até os dias atuais

Já no início dos anos 2000 em 2002, a Ilha do Mel deixa de ser Reserva Natural e com o Decreto Estadual 506 de 22 de Março de 2002, torna-se Parque Estadual da Ilha do Mel, com essa nomenclatura vem muitas leis ambientais, que segundo autores da época vieram para sanar com o processo de loteamento desenfreado que estava acontecendo de forma desorganizada e sem respeitar os recursos ambientais daquele ambiente.

O decreto impunha que 12% da Ilha eram de proteção e conservação, os moradores relatam que aqueles que viviam nas áreas, aproveitavam para terem suas plantações devido ao solo fértil, e com o decreto aumentaram as fiscalizações e lugares como a Praia Grande, conhecida pelas plantações de mandioca e produção de farinha, fossem proibidos de produzir para a sua subsistência, sendo permitidos continuarem habitando depois de muito impasse com o IAP.

O plano de manejo publicado nesse período traz uma Ilha do Mel rica em fauna e flora da Mata Atlântica, que foi mantido mesmo com a existência de pessoas sem supervisão governamental.

Alguns moradores antigos expõe raiva e angustia dessa época, sempre mencionando frases como: *Nós existimos antes das leis, Nós que cuidamos disso tudo aqui*, outros acreditam que o IAP e o Plano de Manejo vieram para ajudar a orientar e proteger os recursos ambientais: *De repente todo mundo vendia sua casa*

e de repente virava uma pousada, a Ilha estava crescendo mais rápido que nossos filhos, alguém tinha que ajudar.

Nos anos 2000 a Ilha do Mel tinha se consolidado como um dos maiores pontos turísticos do Paraná, e com isso o turismo ia crescendo junto com as lojas e a tecnologia na Ilha, dados do SEMA (2004) apontam que os números de estadias disponíveis supera o limite diário permitido de 5000 visitantes:

Em maio de 2004 o IAP realizou um levantamento de campings e pousadas mostrando na região central (Fortaleza, Brasília, Farol e Praia Grande) a existência de 43 campings e 41 pousadas e na região de Encantadas, 28 campings e 39 pousadas. Isto representa 151 estabelecimentos para a acomodação de visitantes com capacidade de atendimento de aproximadamente 8000 pessoas (SEMA, 2004 p.138).

A Secretaria do Meio Ambiente explana ainda que os números de visitantes chegam a 140.000 visitantes ao ano, isso em 2004. O número máximo de visitantes hoje permitido pelos os órgãos de controle são de 5 mil turistas por dia, no entanto não há controle de embarcações e outros tipos de transportes que agem de forma ilegal, transportando passageiros sem permissão o que eleva o número de turistas enormemente.

Os números de pousadas e de alojamentos na Ilha do Mel cresceram muito desde o início da análise dos anos 80, dessa forma podemos pensar que o número de moradores também cresceu de acordo com os dados que levantamos, no censo de 2010 foi mostrado que a Ilha tem 1.671 habitantes, no censo anterior em 1991 eram 515 pessoas no total, os números triplicaram em dez anos.

Com o aumento populacional ações do governo àquela época foram tomadas com vistas a atender as exigências no que se refere à educação e o seu acesso por educação nas instituições de ensino o Ensino Médio, fazendo com que a oferta de vagas para este seguimento em decorrência do aumento do número de alunos na escola. Este aumento do número de estudantes se deve, é claro, ao aumento de famílias moradoras na Ilha. O mesmo ocorre com o ensino para crianças pequenas

que por uma creche que foi construída pela prefeitura, ajudando aquelas famílias que tinham que ir trabalhar nas pousadas e no comércio.

Atualmente os moradores se organizam em associações que viabilizam a luta dos moradores por seu espaço, porém as sanções ainda são impostas a mais recente, em 2014 foi a proibição de som alto durante a noite, impossibilitando apresentação de shows que seria uma forma de diversão para moradores e turistas.

Os moradores jovens alegam que existe falta de eventos e festas dentro da Ilha, e é claro a relação que eles têm com os turistas, assim como vemos a convivência social com os turistas, faz com que eles adquiram aspectos da cultura de fora para dentro da comunidade.

Em 2016, após inúmeras denúncias dos moradores na mídia sobre o descaso da prefeitura com o trapiche, gerando até mesmo acidentes, o trapiche de Nova Brasília passou por uma reforma milionária organizada pela Prefeitura de Paranaguá, porém atualmente o mesmo já encontra-se em pedaços novamente, o que reduz os moradores visitarem a comunidade de Nova Brasília, exemplo de fala de um morador:

Eles tinham que fazer um trapiche para nós, igual é o de Encantadas, eles preferem ir para lá, aqui eles podem se machucar, como já se machucaram. (A. G., 2019).

Ainda sobre relatos de 2018, apontamos ainda a ausência de médicos, que até os dias atuais ainda continua a mesma realidade de possuírem médico apenas clínico geral no Posto de Atendimento Médico durante os finais de semana, fazendo com que moradores em caso de urgência, sejam levados para o Pronto Socorro de Shangri-la ou de Paranaguá.

Atualmente além das pousadas os moradores possuem outros tipos de geração de renda, existem os carregadores que fazem transporte de cargas pela Ilha, que é uma profissão que é transmitida de geração para geração, sendo de pais para filhos e netos.

Outra fonte de renda a que os moradores tem tido acesso é a gerada a partir dos táxis náuticos. Esta atividade tornou-se um bom negócio para as famílias, estas oferecem não só o tráfego do continente para a Ilha mais rápido, mas também passeios a Baía dos Golfinhos. O que gerou uma quebra com o transporte feito por anos pelos barcos da associação Abaline (Associação de barqueiros do litoral norte do Paraná).

A Ilha do Mel se consolidou como um ponto turístico e seus moradores compreenderam isso, porém existem tradições antigas que os moradores ainda praticam. Mesmo os mais jovens, ainda participam ativamente da pesca da tainha, que ainda envolve a comunidade inteira durante os meses de junho e julho, a religião católica e seus rituais são estão bem presentes, as novenas à Nossa Senhora dos Navegantes atraem moradores de toda a ilha em busca de prosperidade para a Ilha.

Acreditamos que outro aspecto levantado de forma breve e que deve ser apontado aqui, são o número de moradores que saem para cursar o ensino superior fora da comunidade e retornam depois, gerando professores, turismólogos, pedagogos, administradores, todos conhecedores da realidade local e gerando o incentivo aos jovens atuais.

Apesar de todos os problemas envolvidos durante os anos entre a comunidade e o Poder Público, os moradores da Ilha do Mel são pessoas hospitaleiras, simples, críticas e felizes, se o IAP compreende-se a cultura local, obviamente tudo seria mais fácil para todos, e quem sabe comunidades como Praia Grande e Ponta Oeste poderiam ser mais habitadas e respeitadas.

Alguns pesquisadores apontam os moradores da Ilha como ingênuos e despreparados, porém pudemos observar que eles são um povo resiliente, que carregam consigo uma história de luta contra um poder público ameaçador e seletivo que é o IAP dentro da comunidade.

3.4 CULTURA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES AMBIENTAIS: RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo final da nossa pesquisa, apresentaremos os resultados que obtivemos. Procuraremos mostrar os moradores entrevistados apontando e discutindo de forma cuidadosa, pois estamos falando em pessoas com histórias de vidas e que nos abriram suas casas, reservaram tempo e paciência para nos fornecer conhecimentos e saberes acumulados em suas vidas.

Freire em sua metodologia provocava o iletrado a fazer a leitura do mundo para, então, proceder à leitura da palavra. E, a leitura do mundo se faz, inicialmente, por meio da imagem do mundo forjada em sua realidade existencial, a qual foi sendo construída.

A partir de conceitos freireanos pretendemos explicar como acontece o processo cultural caiçara, bem como a relação cultura-identidade na educação da comunidade de Brasília.

Freire apresenta a educação como uma necessidade ontológica do ser, pelo ser mais, é a partir da relação de um ser inacabado com seu território natural que surge o aprendizado, a educação e a cultura, a partir das entrevistas foi possível observar como essa fala de Freire se insere no cotidiano ilhéu.

Dos moradores antigos, com escolaridade baixa ou incompleta, anciões de suas casas e/ou famílias, (seis entrevistados) pudemos compreender essa relação educação-cultura dentro dos saberes tradicionais, e até mesmo da compreensão de ser caiçara como algo vinculado a tradição, a aprendizagem da cultura por seus pais, uma educação e visão de mundo que não encontramos nos entrevistados mais jovens, que viam a cultura caiçara como algo do passado, que hoje é só história.

Freire explica que a cultura, sociedade e modos de expressões individuais dos sujeitos são à base de uma construção de um conhecimento humano, ou seja, de um aprendizado a partir de suas ideologias, no caso da comunidade de Brasília um saber tradicional, cultural.

Para Paulo Freire (1995) a cultura é tudo o que o homem acrescenta ao mundo, entende a mesma como resultada do trabalho humano, do seu esforço criador e recriador. A partir desse conceito de cultura de Paulo Freire que analisaremos as respostas dos entrevistados a seguinte pergunta: “O que é ser caiçara?” Dentro dessa pergunta os entrevistados responderam o que é a cultura caiçara na sua visão de mundo.

Ser caiçara para mim é viver de bem com a vida, com a natureza tirando dela seu sustento e a protegendo, para futuras gerações. (S.G, 2019)

Caiçara são as pessoas moradoras de comunidades tradicionais que vivem da cultura local, sendo ela pesca, artesanato, agricultura e até mesmo o próprio ecoturismo (J.M, 2018)

Caiçara é quem vive da pesca, né? Quem vive da natureza. Meu pai era caiçara. (A.G.,2018)

Apesar de cada morador colocar a sua interpretação do que seria a cultura caiçara, segundo o conceito de Freire, nenhuma resposta estava errada, pois todos são pessoas modificando e interagindo em sociedade, modificando, modelando acrescentando o mundo sua forma de ver e viver.

Algumas observações a serem salientadas nessa pergunta em especial é a forma que alguns moradores falam da cultura caiçara, utilizando o verbo no passado como se fosse algo que existiu e que devido às mudanças não existe mais e por isso parte do nosso trabalho visa à busca pela identidade caiçara e compreensão do termo cultura como algo mutável, pois assim como tudo no mundo ela também está em constante transformação.

Acreditamos nesse momento compreender como acontece a cultura e interação cultural segundo Brandão (2010).

Assim, vivemos e interagimos na e através da cultura objetivamente criada por nós. E somos subjetivamente a interiorização de práticas culturais do fazer, de regras do agir (as diferentes gramáticas sociais), de sistemas de significação da vida e do mundo em que vivemos (as ideologias, as teorias e os sistemas mais abrangentes do saber e sentido). (BRANDÃO, 2010).

Sendo assim acreditamos no contexto de cultura dessa forma, como algo criado por nós e internalizado por nós dentro do mundo em que vivemos, e por isso que houve a transformação do caiçara na comunidade de Brasília, a visão de mundo deles foi mudada, e é mudada o tempo inteiro, turistas de todos os lugares vem trazendo novas realidades, e como alguns moradores mencionam nas entrevistas “confortos e melhorias”.

A cultura do caiçara que pesca e vive da subsistência ficou no passado, porém seus herdeiros trazem dentro da bagagem de práticas culturais e significações de vida aspectos daquela cultura, que no cotidiano atual não se enquadra mais.

Nesse momento o que aconteceu com a identidade cultural da comunidade de Brasília, foi um distanciamento bruto e obrigatório dos recursos naturais sem um estudo primário de como aquela comunidade tecia sua identidade sob aqueles recursos pelas organizações governamentais e dessa forma, gerou com que os jovens não sintam essa ligação com a natureza e percam a identidade, já que está claro pelas respostas as perguntas que alguns jovens compreendam-se fora do eixo cultural de seus avôs.

Adiante, a reflexão de Paulo Freire e Brandão nos desafia a pensar uma prática educativa que seja dinâmica, uma verdadeira “Ação Cultural,” de modo que a relação que se estabelece com o diferente em torno do conhecimento se torne uma atividade, jamais uma situação de inércia. Como poderíamos auxiliar os jovens nesse autorreconhecimento de ser/ ser mais, dentro de uma comunidade, possuidor de uma cultura mesmo que mutável, existente?

Encontramos em Perroza, Silva e Akkari (2013) que precisamos de uma prática de uma tríplice atenção compreensiva: 1) é preciso *conhecer os horizontes de sua própria cultura*, de modo a estabelecer as fronteiras dos seus limites e de suas vias de comunicação com as culturas diferentes; 2) esta postura nos faz *assumir uma posição crítica* de vigilância diante das sobre-determinações da cultura dominante que busca se consolidar de forma hegemônica; 3) se faz necessário uma *condição de abertura consciente* para o aprendizado em ambientes de multiplicidade

cultural, respeitando e valorizando as positivities de suas tradições numa constante atitude de diálogo. Isto implica em assumir o conceito dinâmico de cultura proposto por Freire:

Se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser. Para aceitá-la ou negá-la devemos compreendê-la, sabendo que, se não somos puro objeto seu, ela não é tampouco o resultado de decisões voluntaristas de pessoas ou de grupos. Isto significa, sem dúvida, que, em face das mudanças de compreensão, de comportamento, de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. É neste sentido que uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo [...]. Da mudança em processo, no campo dos costumes, no do gosto estético de modo geral, das artes plásticas, da música, popular ou não, no campo da moral, sobretudo no da sexualidade, no da linguagem, como da mudança historicamente necessária nas estruturas de poder da sociedade, mas a que dizem *não*, ainda, as forças retrógradas. (FREIRE, 2000, p. 17).

Por isso objetivamos o produto de nosso trabalho como um Projeto Educacional afim de que os docentes da comunidade trabalhem a importância da identidade dentro do ser/ser mais em uma sociedade.

Pensando em um produto que auxilie a comunidade local, dentro de nossa pesquisa, elaboramos um plano de ação para ser aplicado para os docentes atuais, bem com os futuros, através de um Projeto Educacional que será incluso do PPP da instituição como base para as aulas.

As atividades serão pautadas nos princípios de Paulo Freire (2007), que considera relevante que o professor leve em pauta o homem inserido na sua cultura, compreendendo as relações que estabelecem-se na escola. Ter uma atenção à cultura do aluno e fazer com que o mesmo reconheça a sua identidade, tornando-os seres críticos e subjetivos.

Nosso produto tende a gerar essa reflexão no docente, e com isso realizar uma metamorfose da forma que o educador vê e pratica a educação.

O produto de nossa pesquisa será aplicado na escola local, Colégio do campo Lucy Requião de Melo e Silva, que atualmente possui 44 alunos a grande maioria nascida e criada na comunidade.

O Colégio Estadual está localizado no balneário de Praia de Brasília, no município de Paranaguá comarca de Ilha do Mel. Possui como entidade mantenedora, o Governo do Estado do Paraná. O Colégio possui Ensino Regular Ensino Fundamental e Médio. A escola está no seu sexto ano desde que se tornou educação de campo, a instituição pertence ao município de Paranaguá, possui uma biblioteca, e um laboratório de informática improvisados. Dispõe de quatro salas de aula, uma cozinha e um refeitório. O colégio oferta no período matutino aula para alunos do ensino médio, no período vespertino para o fundamental dois.

A escola possui uma diretora, duas pedagogas, um secretário geral e um administrativo, por ser uma escola em desenvolvimento os mecanismos da escola como associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmio estudantil estão em desenvolvimento, estão acelerando o máximo que podem para que a escola esteja o quanto antes a funcionar completamente regulamentada. O conselho de classe ocorre bimestralmente de forma que todos os professores se reúnem para discutir sobre o aprendizado de cada aluno.

A instituição funciona manhã e tarde, respeitando a ordem três aulas, intervalo mais duas aulas. Por ser educação do campo, não possui disciplinas as aulas são separadas por áreas de conhecimento, sendo elas: Ciências Humanas 1 (História e geografia) e 2 (Sociologia e filosofia), Linguagens (Português e inglês), Expressões Culturais e Artísticas (Artes), ciências da Natureza (Ciências, química e biologia) e Ciências Exatas (Matemática e física).

As aulas são planejadas a partir de eixos temáticos sendo eles: Modos de vida, cultura, saúde e bem-estar, o professor deve elaborar seu PTD (Plano de trabalho docente) relacionado com um ou mais desses eixos temáticos. Os eixos temáticos devem estar vinculados com a realidade local do aluno, levando sempre em consideração a cultura local e as vivências do campo, vinculando o saber científico com o conhecimento local.

Segundo o PPP da instituição a base pedagógica da escola é Paulo Freire, seguindo a pedagogia libertadora, tentando com que os alunos criem autonomia de ensino, a fim de gerar futuros pesquisadores e cidadãos com senso crítico. Como a

escola foi recentemente alterada para educação do campo, ainda está se adaptando a novidade, porém os professores relatam que sentem um progresso dos alunos desde a alteração, bem como a diretora apresenta que não foi só a nomenclatura que mudou, mas sim a postura dos professores de verem a educação na Ilha do Mel.

Nosso produto foi criado após as análises das entrevistas com membros da comunidade, elaboramos um Projeto a fim de auxiliar professores e alunos a compreender a importância da identidade local e os problemas que o Poder Público deveriam estar sanando e ignoram, como a produção excessiva de lixo, a poluição dos mares pelo tráfego de navios, a diminuição do número de pescados, etc.

Conhecer o território é essencial para moldar um sentimento de pertencimento do morador da ilha, parte do nosso projeto se objetiva nessa importância, como visto nas entrevistas os moradores sentem a relação do território como importante para trazer turistas, trabalhar essa visão de que aquela terra pertence a eles e faz parte da identidade deles é essencial para ajuda-los a compreender melhor a identidade caiçara.

O conceito de Síntese Cultural por Freire apresenta uma compreensão de um instrumento libertador da cultura alienante, além de uma valorização da cultura popular. Esse conceito faz com que tracemos nosso projeto buscando a valorização da cultura popular dos moradores, acima da cultura trazida pelos turistas.

Os moradores possuem uma cultura riquíssima e cabe a eles compreender essa cultura, saindo da visão do etnoconhecimento de que o morador da cidade e sua cultura é monopolizada como a aceita, Gustsack explica esse fenômeno como “toda a ação cultural de caráter dialógico, que se faz com os atores em seus próprios contextos culturais, superando, portanto, a perspectiva de indução e de invasão que definem as ações antidialógicas e dominadoras” (Gustsack, 2010, p.373).

Visto o número de entrevistados que responderam sim, quando questionados “Você já ouviu falar do termo caiçara?”, obtendo 100% das respostas positivas compreendemos que os moradores entendem essa relação de ser caiçara, dessa forma citando Brandão “uma luta popular que agindo através da própria cultura participa da criação de sua própria liberdade” (BRANDÃO, 2010, p.107), podemos compreender que a chave para auxiliar os moradores nos problemas com o Poder Público é a consolidação de sua identidade caiçara, pensando na ideia de transformação, não extinção dos caiçaras.

Pudemos observar durante as respostas das perguntas: “Você conhece o Plano de Manejo da Ilha do Mel?”, “Como é a sua relação com o meio ambiente?” e “Qual a relevância do IAP como órgão protetor dos recursos naturais da Ilha?”, alguns entrevistados apenas responderam de forma breve quando questionados por essas perguntas, percebemos que alguns moradores, os mais jovens por desconhecerem, enquanto alguns responderam de que conhecem o Plano de Manejo e que o IAP protege a Ilha e segue o que está organizado no documento. Abaixo algumas respostas mais amplas dos moradores:

Sua relação com o meio ambiente: Eu tenho em mente que o lugar em que eu moro é patrimônio da humanidade, não por tombamento e sim porque tenho consciência de preservar para as futuras gerações, futuros visitantes. Se cada um fizer a sua parte não fica difícil pra ninguém (...) (J.M, 2019)

O papel do IAP: Teria mais fundamento se realmente, buscasse o bem estar da ilha, dando acesso direto à quem realmente precisa de proteção o ser humano. (S.G. 2019)

Sua relação com o meio ambiente: Nossa comunidade hoje está protegida , isso se dá Pela relação nossa com meio que nós vivemos. Desde da separação do lixo, desde fazer composteira , desde tentar diminuir os resíduos e tentar transformar , e ter a consciência que sem a natureza não somos nada. (A.M.2019)

Conhecer o plano de manejo: Já ouvi sim e estou participando, como morador, nativo, representante. (J.M 2019)

O papel do IAP: Falta de infraestrutura, do IAP e funcionários com muito tempo de Ilha do mel deixam ,que o órgão que foi criado para fiscalizar e orientar , seja o xerife de situações qual não compete a ele além de corrupção em vários escalões põe do órgão põe em uma situação difícil. Mais também vejo como positivo, se não tivesse poderia ser mais ruim também. (A. G., 2019)

Quando um entrevistado responde de forma breve, e mesmo que você busque uma resposta mais ampla, sabemos não podemos forçar para obtermos respostas, a entrevista é um instrumento metodológico e que pode apresentar problemas, foi o que nessa parte gerou para nós, nem todos os entrevistados souberam ou quiseram opinar pela participação do IAP, e dessa forma selecionamos as respostas concisas que obtivemos para realizar uma análise.

Pudemos observar que ambos os entrevistados compreendem a relação com o meio ambiente como algo a ser protegido e observamos também que eles se

excluem do meio, tendo a visão de meio ambiente como os recursos ambientais e não como um todo que inclui a nós mesmos.

Schneider (2014) explana que a essência da identidade tradicional está massacrada pelo poder público, o que podemos ver não só na história da Ilha da Mel, mas também nas respostas dos entrevistados quando questionados sobre a contribuição do IAP, os entrevistados os colocam como “xerifes” e denunciam a ausência de relação com o morador da Ilha em decorrência de impor sanções sobre os moradores, que sofrem para poder podar uma árvore, trocar uma porta, realizar uma reforma, e ao mesmo tempo autorizarem as pousadas de forma cega a realizarem reformas, e outros fatos que a pedidos não mencionaremos aqui. Os moradores acreditam que em partes o IAP precisa existir, para organizar “as coisas”, referindo-se ao turismo desenfreado e a falta de consciência e relação ambiental entre moradores e os recursos naturais, mas ele deve posicionar melhor a relação morador/Ilha, pois da forma que está hoje, está sucumbindo os recursos ambientais e gerando limitações desnecessárias, além de inimizades entre a comunidade.

Com a análise das respostas entendemos que existe uma relação entre o morador e o meio ambiente, ainda que por vezes vaga e perdida, mas acreditamos que esse é outro ponto que pudemos trabalhar na produção do Projeto, pois quando assumirem a identidade, a autonomia da cultura será libertador Freire:1995, e dessa forma eles compreenderão melhor a relação deles com o meio ambiente, tornando a educação uma ferramenta essencial para isso.

Freire (2000) apresenta a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado, dessa forma exercitar isso em sala de aula é fundamental.

O autor fala sobre o ato de assumir-se como libertador, assumir a identidade cultural caçara trará a luta necessária para os moradores jovens lutarem com os desmandos do governo na comunidade, a partir do momento que os jovens assumirem a identidade caçara, poderão e saberão utilizar as leis que visam proteger as comunidades tradicionais ao seu favor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir essa pesquisa foi a melhor forma que tive para encerrar um ciclo que comecei em 2015, um ciclo de relação social, um vínculo não só de aprendizado, mas de afeição por aquela comunidade.

Paulo Freire explica a importância da relação professor aluno, e como pode ser mais prazeroso o ensino quando partimos do saber do aluno, essa pesquisa serviu para conhecermos a história da Ilha do Mel, a partir dos moradores, e apesar de eu ser alguém de fora, foi uma honra poder dar voz aquelas bibliotecas humanas e apresentar a realidade daquela comunidade além do que já conhecemos.

Eu gostaria de ter ouvido mais moradores, de ter podido explorar melhor os dados que os entrevistados me passaram, que eram tantos e todos apresentavam relevância, porém o tempo e alguns problemas de saúde fizeram com que o trabalho ficasse engessado a poucos moradores, mas nada impede de retomarmos essa pesquisa e apresentar esses dados em outro estudo, mas avançado, com maior participação dos moradores, um trabalho da escola junto a comunidade.

Ainda sobre o encerramento do ciclo, não posso deixar de explanar acerca da relevância dessa pesquisa tanto para mim, quanto para os alunos que mesmo não podendo concluir o projeto com eles, pudemos compreender em um curto tempo juntos, tanto sobre a história da Ilha, tendo eles, a família deles como protagonistas, foi uma experiência única, toda ela, sou grata por ter vivenciado, sou grata por ter conseguido não só aprender com eles, mas ensiná-los que eles são capazes de aprender com eles mesmos, que eles são sujeitos donos de uma subjetividade única e isso, penso que nada pode tirar deles.

Após a conclusão desse trabalho, apresentaremos aos alunos, como forma de incentivo à produção de pesquisa científica por eles, além dessa apresentação, também trabalharemos na implementação do Projeto “Minha história conto eu” no PPP da instituição, para que seja trabalhado sempre com todos os futuros alunos, afim de que eles compreendam a herança cultural e histórica que eles possuem e não esqueçam as raízes caiçaras que garantiram a Ilha do Mel ser o que ela é hoje.

Concluo o pensamento de que esta pesquisa é temporal, os moradores que entrevistamos, os herdeiros dos caiçaras, mudarão o pensamento, mudarão seus costumes, nós pesquisadores pensaremos diferente, porém a experiência vivida na

produção dessa trabalho, será eterna e um pouco shakesperiano estará viva nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Vanessa Marion. **A Educação Ambiental no contexto dos colégios estaduais da Ilha do Mel/PR: Currículo, ação docente e desenvolvimento comunitário local**. Curitiba: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46452>. Acesso em: 5 abr. 2019.

ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar**. *Revista Antropológica*, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v43n1/v43n1a04>>. Acesso em: 10 abr. 2019

_____. **Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume, 2000

ARRUDA, R. S. V DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 2º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 05 abr 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007(a)**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 15 abr, 2019.

BERKES, F. 1999. **Sacred ecology**. Taylor and Francis, Philadelphia.

BERKES, F.; Kislalioglu, M.; Folke, C.; Gadgil, M. 1998. Exploring the basic ecological unit: ecosystem-like concepts in traditional societies. **Ecosystems**.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura. In: STRECK, Danilo. (Org). Dicionário Paulo Freire. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

COSTA, Sérgio, ALONSO, Angela e TOMIOKA, Sérgio. (1999), “**A Re-significação das Tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo**”. Cadernos IPPUR, ano XIII, n.º 2, ago/dez

DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia Caiçara: O olhar do Pesquisador**. São Paulo: Hucitec- Nupaub/Cec, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: Nupac-Usp, 1999. Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br>> . Acesso em: 28 mar. 2019.

ESTEVES, C. J. O. **Turismo e Qualidade da Água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)**, 2004.

FERREIRA, L. da C. (2004) **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil**. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2004000100004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10 jan. 2018

FIGUEIREDO, José Carlos. **Contribuição à Geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná)**. Curitiba: [s. n.], 1954.

FUZETTI, Luciana; CORRÊA, Marco Fábio Maia. **Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel – Paraná, Brasil**. B. Inst. Pesca. São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros recursos**. Paz e Terra, 2000.

_____. **Política e Educação: Ensaio**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000 (Coleção Questões de Nossa Época, vol. 23).

GUSTASACK, Felipe. Síntese Cultural. In STRECK, Danilo. (Org). Dicionário Paulo Freire. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

HAESBAERT, R.C. **Blocos Internacionais de Poder**. São Paulo: Contexto, 1991.

HARDER, Eduardo. **A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS NO BRASIL E OS SENTIDOS DE UMA PERSPECTIVA PATRIMONIAL**. Curitiba: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36525?show=full>. Acesso em: 25 abr. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidade, sociabilidade e técnicas. Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná, 2012.

ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel - 1946-1985**. Curitiba, 1986.

KIM, K. M. **Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel – PR**. Pontal do Paraná, 2004.

KRAEMER, Marília de Carvalho. **Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá**. Curitiba: Estante Paranista, 22, 1983.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: DAN/UnB, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, Márcia C. M.; BRITEZ, Ricardo Miranda de. **HISTÓRIA NATURAL E CONSERVAÇÃO DA ILHA DO MEL**. Curitiba: UFPR, 2005.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In. _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, EZEQUIEL ANTONIO DE . **A corozinha da Ilha do Mel: Territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores(as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá-PR**. [S.l.: s.n.], 2016. 140 p. Disponível em: <https://bit.ly/2UJGbNQ>

MORAES, A.C.R. “Ideologias geográficas” Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, E. C. **Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)– Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos, 2015.

NETO, R. F. **As inter-relações da energia elétrica com aspectos de conforto e modernidade em pequenas comunidades**. Um estudo de caso na ilha do mel - PR. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Editora

PARANÁ. **Resolução nº 036/95 - Disciplina o fluxo de turistas à Ilha do Mel**. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 dez. 1995.

_____. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2006.

PEROZA, Juliano; DA SILVA, Camila Pompeu; AKKARI, Abdeljalil. **Paulo Freire e a diversidade cultural: Um humanismo político-pedagógico para atranculturalidade da educação**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p.461-481, Santa Cruz do Sul, 2014.

PILAN, Claudia Regina. **O caiçara de Ubatuba** : Transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de auto transformação como alternativa para sua sobrevivência. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2006. 77 p. Disponível em:

<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17149/1/O%20caicara%20de%20Ubatuba.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PINTO, É.F.; MARQUEZ, J.G. Etnoictiologia dos pescadores da Barra de Superagui, Guaraqueçaba/Pr: aspectos etnotaxonômicos, etnoecológicos e utilitários. São Paulo, 2002.

RUDDLE, Kenneth. **Systems of Knowledge: Dialogue, Relationships and Process**. [S. l.: s. n.], 2000.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense**. 2006

SANCHES, R. A. 1997 **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul — São Paulo)**, dissertação, Universidade de São Paulo.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Manejo: Estação Ecológica da Ilha do Mel - PR**. Curitiba, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização: Do pensamento único à consciência universal**. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **Identidade cultural, conhecimentos das comunidades tradicionais locais e multiculturalismo: Análise da situação sócio-jurídica dos povos indígenas no Brasil**. Sem nome, [S. l.], 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=476d4d316a8d5e97>. Acesso em: 26 fev. 2019

SCHENA, F. **Turismo, estado, sociabilidade e mudança: uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR**. Curitiba, 2006.

TELLES, D. H. Q. **Análise sobre a situação socioambiental e atividade turística da Vila de Encantadas, Ilha Do Mel – Paraná**. 2007.

WESTPHAL, E. **Para além do paraíso: uma reinterpretação sociológica do discurso ambiental sobre as identidades de grupos tradicionais e de suas práxis**

religiosas populares na Ilha do Mel. Curitiba. - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO NA ILHA DO MEL

Você já ouvir falar do termo caiçara (sim/não)?

O que é ser caiçara?

Você se considera caiçara?

Fale sobre a sua história

Você acha que a comunidade esta em processo de mudança?

Antes do turismo, como era a renda da sua família? Qual era a principal função empregatícia?

Estudos comprovam que muitos nativos venderam seus terrenos a preços fora do valor venal, como você poderia contribuir para a nossa pesquisa sobre essa afirmação?

Você reconhece a sua relação com o meio-ambiente? Como ela ocorre?

Você conseguiria fazer uma relação do que mudou na Ilha de quarenta anos para cá, seja através de vivencia própria bem como relatos antigos?

Você já ouviu falar do Plano de Manejo da Ilha do Mel?

Qual a relevância do IAP como órgão protetor dos recursos naturais da Ilha?